



PORTUGAL DEMOCRÁTICO

ANO XIX • N.º 199 • SÃO PAULO • 1 A 7 DE JAN. DE 1975 • PREÇO CR\$ 3,00

empresários em flagrante sabotagem

pág. 10

cunhal critica parasitismo na univ.

pág. 4

quem não quer a unidade sindical

pág. 7

cultura e animação cultural

pág. 6

portugueses que votam

pág. 9

real gabinete: ignorância ou insulto?

pág. 9

salazar II: o depoimento

pág. 6

trabalhadores: união contra as multinacionais

pág. 12

p. s.: primeiro congresso legal

pág. 3



Diário de Notícias

EDIÇÃO SEMANAL BRASILEIRA



Os emigrantes portugueses vão poder votar pela primeira vez quando chegar o momento de eleger a próxima Assembléia Nacional Constituinte. E, pela primeira vez em quase meio século, realiza-se em Portugal uma autêntica eleição. Eis dois aspectos cujo significado não pode passar despercebido e deve encher de orgulho aqueles que, abrangidos pela nova lei eleitoral, vão usar o seu direito de voto.

Não se justifica a opinião dos que vêem intenções restritivas nos dispositivos legais que regulamentam o direito de voto dos emigrantes. As restrições não decorrem da lei mas da própria condição de emigrante. Da condição, enfim, daquele que, afastado da sua terra por longos anos e vivendo as duras penas do trabalho em terra estranha, deixa, pelo simples decorrer da vida, com a maior naturalidade e até sem se aperceber disso, de manter atualizada a visão da sua terra, ainda que muito a ame, inda que indestrutível que seja a imagem e a memória que dela guarda. Não bastam, para suprir esse alheamento, os meios de comunicação de massa, as cartas de família, as informações de amigos, porque nada disso é suficiente para o fazer sentir plenamente uma realidade que evolui, achando-se fora dela, fora da possibilidade de evoluir com ela.

Todos os emigrantes que um dia, depois de muitos anos, voltaram à sua pátria, sabem que é assim, porque sofreram o contraste entre a imagem que, ao voltarem, levavam dentro de si e a realidade que foram encontrar. Eles haviam mudado, a pátria também. Mas a imagem que dela guardavam ainda era, intacta, igual, a da pátria que deixaram atrás de si quando partiram para mundos estranhos.

Somos partidários do princípio de que as pessoas devem ter o direito de participar, direta e ativamente, na vida política das sociedades em que estão integradas. Não necessariamente das sociedades de que são originárias.

O direito de votar é, pois, uma entre as muitas coisas a que o emigrante espontaneamente renuncia quando deixa a sua terra. Esse direito deveria, entretanto, adquiri-lo ele no país onde se foi fixar, e isso já acontece com os portugueses radicados no Brasil e vice-versa.

Reconhecendo o direito de votar aos que se ausentaram do país há menos de 5 anos, o Governo provisório não restringiu direito algum. Ampliou-o a fim de abranger uma faixa de portugueses que, mesmo ausentes do país, ainda assim possuem condições de senti-lo e reconhecê-lo segundo uma imagem que já pode incluir uma parte de fantasia, mas em que a realidade ainda é preponderante.

Quando alguns saudosistas da ditadura salazarenta, com intenções fáceis de perceber, falam em restrições aos emigrantes ao referirem-se ao direito do voto, devemos perguntar-lhes quantas vezes votaram durante os governos de Salazar e Caetano. E, se acaso tivessem podido votar, quantas opções teriam além da União Nacional?

Aliás, sabendo-se que uma eleição implica preliminarmente numa campanha de esclarecimento e propaganda partidária, que sentido faria generalizar o voto a todos os portugueses residentes no estrangeiro quando a propaganda política por cidadãos e organizações estrangeiros é proibida pelas legislações de quase todos os países do mundo?

É claro que, para as viúvas do salazarismo, isso não importava muito. Ao contrário, o que eles desejavam era exatamente que os emigrantes votassem ainda intoxicados pela propaganda anti-democrática que a ditadura prodigamente promoveu e subsidiou ao longo de quase 50 anos.

Os imigrantes vão ter, pela primeira vez no sentido mais amplo, a oportunidade de votar. Estamos certos de que saberão fazê-lo com consciência e visando a consolidação da democracia na pátria portuguesa.

COLUNA DO LEITOR

Desabafo

"Sr. Diretor de P.D.: Em primeiro lugar quero congratular-me com o senhor e sua equipe de bons portugueses pelo jornal que estão editando.

"É o único jornal português no Brasil que se pode ler, pois os outros estão na campanha de desmoralização.

"É pena que os artigos que traz não sejam mais curtos, pois está um pouco cansativo para pessoas como nós de pouca leitura. Talvez o tipo de letra, se fosse maior, facilitasse a leitura. Não resta dúvida que são artigos muito bons, mas perdem-se, pois as pessoas acabam não lendo.

"Tem outro problema: como o jornal agora é semanário ainda é pior, pois como nós temos o nosso tempo todo ocupado nos nossos afazeres, o tempo que sobra é pouco para lermos.

"Sugiro que pense nisso. Pense num tipo de jornal mais sucinto, mais sugestivo. Assim, creio que o P.D. se tornará de fato o jornal da colônia para levar a verdade onde está entrando a mentira.

"Mas, senhor diretor, o motivo que de fato me levou a escrever-lhe foi para protestar através do P.D. contra um tal senhor José Maria Andrade. Este senhor anda a vomitar fel nos seus programas da rádio e televisão. Está de fato fazendo um trabalho de autêntico traidor do Povo português. Sim, porque o Povo português está sendo ofendido por esse mau caráter, que está abusando da simplicidade do nosso bom povo. Está explorando a alma boa do nosso povo, que acredita na sua boa fé e nas palavras mansas e clericais de um aproveitador. O Sr. Andrade está enriquecendo a custa desta gente humilde que lhe dá crédito. Isso é revoltante, Sr. Diretor. Como pode continuar? Esse senhor precisa ser desmascarado, pois tenho conhecimento que ele, nos bastidores, chega a gabar-se, antes de entrar no palco: agora vou fazer chorar aquela cambada! Isto é comentado por gente da televisão que fica revoltada com o abuso desse senhor. Estamos de fato em presença de um traidor.

"O novo governo devia tirar-lhe a cidadania, a este e outros como ele, que os há.

"Não podem ser portugueses!

"Por isso, senhor diretor, é que o P.D. tem que chegar com a verdade a esses portugueses bons. É dever dos mais esclarecidos fazer tudo o que estiver ao seu alcance para orientá-los. Apesar de tudo tenho fé em que devagar as coisas vão mudando e que chegue o dia em que esses tipos não tenham platéia. Já temos conhecimento de muitos portugueses que se começam a revoltar com esses caluniadores, pois já começam a sentir que eles estão mentindo. São as cartas de familiares, de amigos, o P.D., a Emissora Nacional, etc., que começam a mostrar-lhes a realidade. O mundo inteiro está conosco. Portugal nunca teve tanto prestígio e tantos amigos. É por isso que esses calhordas estão desesperados. Para a frente senhor diretor". Joaquim da Silva Barbosa, S. Caetano do Sul, SP. Raramente transcrevemos in totum as cartas recebidas, limitando-nos a destacar delas as passagens mais significativas e substanciais. Mas a força do seu desabafo é tão impetuosa e são tantos os pontos de coincidência entre as suas opiniões e muitas outras que temos ouvido que não osamos tocar na sua integridade.

Porém, não resistimos à tentação de alguns reparos.

Também chegámos a ver, uma ou duas vezes, mas antes do 25 de abril, o programa de televisão do Sr. Andrade e, sinceramente, não lamentamos, nem um pouco, que o mesmo tenha optado, face à atual realidade portuguesa, pela hostilidade. Lamentaríamos, sim, o contrário, tal a impressão que nos causaram a indigência mental e os modos asininos dessa repugnante figura.

Você não acha que certas causas são muito bem servidas por pessoas que estão contra. É apenas questão de se saber quem é esse quem que está contra. Por exemplo: V. costuma ler artigos de um fulano chamado João Alves das Neves, que aliás apresenta muitas afinidades intelectuais como o Sr. Andrade? Se leu, diga-nos: acha que um indivíduo desses poderia prestar melhor serviço à democracia portuguesa do que colocando-se contra ela? Isto posto só nos fica uma dúvida: V. não confunde fel com caldo de capim?

O apelo da Pátria

"... Por outro lado, assino a imprensa de Lisboa e vou-me inteirando do que se passa no nosso país. Com isto não quero dizer que não esteja pronto a ajudar-vos no que me for possível, como sempre, mas parece-me que o jornal é muito mais útil, neste momento, àqueles que ignoram a realidade. Esses sim. Esses necessitam de ser esclarecidos convenientemente acerca da situação em Portugal. Eu suponho que o meu lugar não é mais no estrangeiro. Mas por razões de ordem familiar, econômica e talvez de covardia, para aqui estou ainda, armado em pateta, com tanto que há a construir em Portugal". Alberto Martins, Montreal, Canadá.

Não endossamos os termos do último período da sua carta. O que ocorre é uma diferença muito grande entre a força das ações coletivas, que dão suporte moral ao indivíduo e o solicitam, e a fragilidade do indivíduo face aos seus problemas materiais, meramente pessoais e individuais. Infelizmente todos nós sentimos, em algum momento decisivo, essa contradição e sabemos quanto é difícil resolvê-la.

Saneamento,

necessidade urgente

"Uma vez mais lhes peço o favor de defenderem a destituição do embaixador daqui, Pinto Coelho, alertando que a reação pode vir da periferia para o centro". J. J. Pina, Mar del Plata, Argentina.

Estamos de acordo e secundamos o seu apelo, remetendo-o a quem de direito.

Boas festas

Agradecemos e retribuimos os votos de Boas Festas recebidos de: José de Jesus Pina, nosso representante em Mar del Plata, Argentina; Clichéria Alfa Ltda., nosso fornecedor; Carlos Assumpção Neves, nosso amigo e companheiro; Fernando Chignaglia Distribuidora S/A., nossa distribuidora.

Recebemos votos de Boas Festas das pessoas adiante mencionadas, às quais agradecemos e a quem desejamos os maiores sucessos pessoais no novo ano: Joaquim José, nosso antigo companheiro, agora residente em Portugal; Raul Cliraco da Cunha, nosso estimado colega no conselho de redação; Marcos Freire, deputado federal e senador eleito de Pernambuco; Cesar Telles, nosso representante no Estado de Mato Grosso; Antônio A. Pontes, assinante do PORTUGAL DEMOCRÁTICO em Galiléia, Vale do Rio Doce, MG.



Loide Nacional Corretora de Seguros Ltda.

Largo do Arouche, 337 — 10.º andar

Telefones: 220-0607 — 220-0650 — 220-5008

CEP 012019 — SÃO PAULO

Carteiras de seguros:

Incêndio — Transportes — Responsabilidade Civil —
Lucros Cessantes — Vida — Roubo — Riscos Diversos —
Importação — Acidentes Pessoais — Fidelidade —
Automóveis — Vidros — Seguro Educação

I Congresso do partido socialista na legalidade



Reafirmando a inspiração marxista do Partido Socialista, Mário Soares disse que o objetivo final do partido é a destruição do capitalismo, e não a simples correção das suas injustiças mais gritantes, para construir uma sociedade sem classes, socialista e humana, rejeitando as soluções social-democráticas, que afirmou não terem aplicabilidade em Portugal.

Mário Soares fez estas afirmações no relatório do secretário-geral do Congresso Nacional do P.S., que leu perante cerca de 900 delegados, eleitos pelas bases, e quase 400 convidados nacionais e estrangeiros. Na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, constantemente interrompido por aplausos da assistência, Mário Soares fez uma extensa análise da atividade do P.S. antes do 25 de Abril e referiu-se, depois, em três partes distintas do documento aos problemas de organização do partido, à atual conjuntura política nacional e à posição do P.S. na vida nacional, tendo sobretudo em vista as próximas eleições.

O relatório do secretário-geral, que foi aprovado por esmagadora maioria (apenas três votos contra), reveste-se de particular importância para a análise de algumas posições do P.S., sendo de sublinhar a insistência da aliança com o M.F.A. e a referenciação do partido em relação a outras forças de esquerda, nomeadamente o P.C. e o M.D.P., bem como ao outro partido da coligação governamental, o P.P.D. Por outro lado, o secretário-geral reservou bastante espaço no documento à organização do partido, frisando a necessidade de união interna e da integração do M.S.P. e do G.A.P.S. e da expansão junto das massas trabalhadoras. Ainda neste capítulo, Mário Soares anunciou a compra de uma sede secundária, que custará sete mil contos, esperando o partido, através de uma subscrição nacional, reunir a totalidade ou grande parte daquela importância.

Os trabalhos acabaram por ser praticamente preenchidos com a discussão do relatório, registrando-se mais de três dezenas de intervenções, as quais Mário Soares respondeu no final, esclarecendo aspectos que considerou não terem sido perfeitamente explicados no documento e que, disse, deram origem a más interpretações. Neste campo se incluem reparos ou críticas a pontos como organização do partido, possível criação de um movimento de mulheres socialistas, referência às origens ideológicas dos militantes do partido, escola de quadros, saneamento, etc. Por outro lado, as intervenções dos delegados rejeitaram praticamente em bloco as teses da social-democracia, reafirmando a urgência da construção de um socialismo em liberdade como projeto político para o País.

Os trabalhos da primeira sessão do Congresso foram presididos por António Macedo, ladeado por Mário Soares, Manuel Tito de Morais, Salgado Zenha, António Arnaut, Lopes Cardoso, Cal Brandão, Mário Sottomaior Cardia, José Magalhães Godinho, Montalvão Machado, Pedro Coelho e Manuel Serra.

Entre a assistência, e além dos delegados, registrava-se a presença do eng.º Ferreira de Lima, secretário de Estado dos Transportes, do secretário de Estado da Orientação Pedagógica, dr. Rui Grácio, e do capitão-tenente Martins Guerreiro, do M.F.A., representando o almirante Pinheiro de Azevedo. Viam-se ainda diversos elementos do Movimento das Forças Armadas. Entre os convidados estrangeiros, destacavam-se a presença do presidente e do Secretário-geral da Internacional Socialista, representantes de partidos filiados naquele organismo e de partidos comunistas e outros partidos progressistas (incluindo árabes e africanos).

Intervenção do Dr. António Maceço

Depois de Marcelo Curto ter apresentado os elementos da mesa aos congressistas e convidados, usou da palavra o presidente nacional do P.S., dr. António Maceço, que começou por recordar a formação do partido, a partir da Ação Socialista Portuguesa, historiando ainda alguns passos mais significativos da vida da A.S.P. nos anos da ditadura fascista, os combates travados pela democracia, pelo fim das guerras coloniais, o que provocou a repressão do regime sobre muitos "quadros" do partido, entre os quais Mário Soares.

Diário de Notícias

EDIÇÃO SEMANAL BRASILEIRA

Evocou ainda alguns companheiros de luta, a ação levada a cabo por Mário Soares, em vários países, de "desmascaramento dos métodos totalitários, do Governo de Lisboa", frisando que "foi essa ação, esse combate de todos os dias, vigoroso, destemido e implacável da resistência antifascista que tornou possível e preparou a vitória alcançada em 25 de Abril".

E acrescentou: "O Partido Socialista, irmanado com o povo, não esquecerá o que ficou a dever à ação dos bravos capitães e patrióticos militares que redimiram, com galhardia, as fraquezas dos plutocratas de altas patentes que, com os seus galões, serviram de cobertura a todos os desmandos, despotismos e arrogâncias de uma governação ruínosa, imoral e prepotente. Foi o 25 de Abril que criou as condições que tornaram viável este Congresso, que se propõe dar esperança e alento ao povo português para caminhar no rumo da liberdade e da democracia, indispensáveis para o advento e a construção, em Portugal, de uma autêntica sociedade socialista, em que jamais seja consentida a exploração do homem pelo homem.

Vasco da Gama Fernandes: "A atuação da banca comercial está a comprometer o processo democrático".

Seguiram-se vários oradores, que puseram em destaque a necessidade imediata de controlar, através da nacionalização, o capital financeiro. Entre os intervenientes contaram-se Vasco da Gama Fernandes, Julio Cilia, José Pedro Pratas, Ramos da Costa (que salientou que só por si a nacionalização da banca conduzia ao "controle" da maior parte das grandes empresas).

De salientar ainda a intervenção de Vasco da Gama Fernandes, que, depois de sublinhar que é o único socialista a desempenhar, atualmente, as funções de administrador por parte do Estado junto de um banco comercial, denunciou que são saneados noutras empresas os inimigos da democracia que, na maioria dos casos, desempenham aquelas funções.

Ao relembrar a "tragédia do Chile", este orador referiu-se à necessidade de controlar a economia, sob pena de um regresso do fascismo: Vasco da Gama Fernandes acusou a banca comercial de não cumprir o seu dever. A atuação da banca — sublinhou — está a comprometer seriamente o processo democrático.

Após esta intervenção, foi apresentada pela delegação da seção do P.S. da Moita e aprovada pelo congresso uma moção apoiando as medidas recentemente tomadas pelo Governo Provisório e pelo M.F.A. contra as manobras do capital.

Terminado o período de discussão, procedeu-se à votação da proposta sobre política económica, tendo sido aprovada

por maioria, registrando-se 20 abstenções e nenhum voto contra.

Sem a presença do P.S. no Governo ou na oposição (legal) não é possível construir uma democracia pluralista em Portugal — afirmou Mário Soares.

Iniciando a leitura do seu relatório o secretário-geral do P.S., depois de saudar todos os delegados presentes, referiu-se aos objetivos do Congresso, que considerou como "uma assembléa de reflexão e de discussão devidamente mandatada, de onde sairá (assim o espero) a definição de uma linha política coerente".

Antes de entrar, propriamente, na análise organizativa do partido, conjuntura política atual e a posição do P.S. na vida nacional, o dr. Mário Soares saudou, ainda, os convidados especiais e invocou o Congresso de abril de 1973, realizado na clandestinidade, em Bona no qual foi fundado, oficialmente o partido, nascido da transformação da Ação Socialista Portuguesa — formada ela própria em 1964, também na clandestinidade — e com raízes que datam, vai fazer em Janeiro próximo um século, no velho Partido Socialista, fundado por Antero Quental".

Estreita aliança com o M. F. A. e solidariedade com os partidos de coligação

Analisando a conjuntura política atual, o dr. Mário Soares salientou que a posição de base, defendida pelo P.S., pressupõe três coisas:

a) uma estreita aliança com o M.F.A. na medida em que o consideramos o principal garante da democracia em Portugal. E ao M.F.A. que ficamos devendo as liberdades que hoje usufruímos. E, além disso, a força decisiva que garantirá ao País a institucionalização da democracia e lhe abrirá uma via pacífica e original para o socialismo;

b) a solidariedade com os partidos da coligação a que pertencemos — o que não exclui, evidentemente, situações de divergência ou o debate ideológico, que aliás haverá de considerar-se como normal em democracia pluralista.

c) não temos uma política no Governo e outra na rua — na própria medida em que participamos das decisões governamentais e nos co-responsabilizamos por elas. Isso não inibe, porém, a capacidade crítica do nosso partido relativamente à ação do Governo. Se o partido se permite criticar a sua própria direção — o que só é salutar e prova de força — porque motivo se havia de autocensurar em relação ao Governo, só porque nele participam elementos socialistas? A liberdade é em si revolucionária no sentido de que é criadora de novas potencialidades. Não nos devemos pois assustar com o debate ou ser alérgicos à crítica libérrima, por mais incómodos que nos cause. Em Política, a incomodidade obriga a lutar contra o imobilismo, a rever situações de rotina e a evitar auto-satisfação — o que é sempre grandemente salutar.

O secretário-geral do P.S., referindo-se, em seguida às atuais estruturas do poder em Portugal, afirmou que, depois de 25 de Abril, "as pessoas se adap-

taram geralmente bem e, num tempo "record" à vivência da liberdade e que a transformação da sociedade portuguesa que está em marcha se tem operado sem efusão de sangue e com um mínimo de choques, apesar de tudo. Há evidentemente muitos gumes de violência no ar e situações de conflito agudas que podem em certo momento tornar-se explosivas. Perante isso há que procurar manter em aberto as vias do diálogo e fazer por todos os meios a pedagogia da tolerância, que pressupõe o respeito pela opinião dos outros, sem o que a democracia será sempre uma irrisão.

"Numa situação política em evolução dinâmica, o P.S. tem pontos de referência que importa salientar: a posição arbitral do Presidente da República, exercida como tem sido, desde 28 de Setembro, com rara discricção e eficácia; a importância do M.F.A., de que somos aliados leais, no processo de democratização do País, de que é — e será — o principal garante; o papel do Governo Provisório e da atual coligação tripartidária, que importa prestigiar a todos os níveis da ação.

No capítulo referente ao papel do P.S. na vida nacional, o dr. Mário Soares afirmou:

"O nosso objetivo final, como Partido Socialista, é a destruição do capitalismo — e não a simples correção das suas injustiças mais gritantes — para em seu lugar construirmos, na liberdade, uma sociedade sem classes, uma sociedade socialista e humana, onde desapareça a exploração do homem pelo homem.

Depois de afirmar que a revolução em Portugal terá que ser original, referiu que a social-democracia não tem aplicabilidade em Portugal, como porventura terá em outros países europeus.

"Quanto aos nossos objetivos, a curto prazo — afirmou, mais adiante, o secretário-geral do P.S. —, eles confundem-se com os indicados no Programa do M.F.A., que subscrevemos integralmente. Estamos a procurar, com todas as nossas forças, fazer de Portugal um País viável onde impere a liberdade, a justiça e a tolerância. O socialismo não é para já — temos que o reconhecer, infelizmente. Antes, importa consolidar a democracia, terminar o processo da descolonização, e dinamizar a economia portuguesa por forma a podermos resolver, a curto prazo, os problemas mais instantes do nosso viver coletivo. Tudo na vida implica opções, e esta é a nossa opção muito realisticamente. O País constrói-se todos os dias e a revolução está em marcha, indiscutivelmente. Nós seguimos no sentido da história e o nosso campo foi escolhido, uma vez por todas. Mas não queremos pôr em risco as conquistas do 25 de Abril, que reputamos muito importantes, com atitudes irrefletidas ou teses maximalistas. A linha de partilha do País terá que passar entre a reação e a vasta frente dos homens e das mulheres que neste país lutam pela democracia, pela paz e pelo progresso. Não podemos permitir que as vanguardas revolucionárias caminhem para tais extremos, que se isolem do povo — com o qual, no final de contas, são feitas as revoluções.

"No processo em curso, que é naturalmente muito complexo e sofre, como não podia deixar de ser, avanços e recuos, as eleições constituem um fator de consolidação da democracia extremamente importante. As eleições para a Assembléa Constituinte e as eleições municipais. O P.S. pensa que as primeiras se devem realizar, no prazo inicialmente fixado; e que as segundas importa que sejam marcadas quanto antes. As eleições, quando livres, constituem a manifestação direta da vontade do povo e, para os democratas, a única forma de legitimação do poder político.



Os emigrantes e o M. F. A.

Crônica de Jorge Reis

PARIS — Quando ele surgiu no fundo da sala e — dê lá licença seu compadre — fendeu caminho pela multidão que atravancava a coxia para se aproximar do microfone, reconheci-o: meanho, bem entroncado e assente no pernil, de rosto rosado e perfeito como é o nosso de portugueses quando não lhes falta o sustento, envolveu numa mirada os sete elementos do M. F. A. que em missão de esclarecimento vieram integrar-se no fim-de-semana cultural de Pantin, raspou a glote e referiu a modos de desculpa: — Eu cá não sou como aqueles compatriotas que já discursaram, nunca fui para estas coisas, não sei falar a preceito... Mas, já que os senhores oficiais isto é, os nossos camaradas das Forças Armadas, dizem para a gente desabaçar, eu vou falar o que penso.

Agora, diante do microfone, explicava-se na sua voz sonora:

— Eu cá só quero dizer uma coisa aos camaradas das Forças Armadas... Estou há oito anos em França e tenho passado muito... Juntei uns franquitos, lá isso é verdade, mas passei o que não quero que mais ninguém passe, e ainda menos os meus filhos... Vida dura, como só a gente é que sabe... cá e lá.

Ter-se-ia ouvido voejar uma mosca naquela vasta sala de festas de Pantin. Para cima de mil emigrantes retesavam a respiração, de olhos cravados no compatriota.

— Vida de miséria... uma vida inteira de miséria... Agora vai melhor, graças a Deus... Sujeitei-me a tudo, a tudo... E quem era eu para refilar? Quem era eu para me opor a que me tratassem com desprezo? Calei-me, calei-me sempre... Tinha vindo para França para endireitar a vida e fazia de conta que não percebia, que os enxovalhos não eram comigo... Ora, camaradas oficiais, o que eu quero dizer... o que eu quero dizer é o seguinte: que depois do 25 de Abril tenho enfim orgulho de ser português! Só agora é que eu sei o que é ser português! Só agora é que mais ninguém me insulta, mais ninguém me trata mal, nem cá, nem lá...

A minha volta havia lágrimas em muitos olhos. Romperam palmas temerosas de quem não quer romper um sortilégio.

— Quero ainda dizer mais uma coisa às nossas Forças Armadas — prosseguiu ele. — Só mais uma coisa... Ainda agora houve alguém que fez perguntas sobre as eleições... Aí o camarada capitão respondeu que elas se efetuarião da maneira como está dito no Programa das Forças Armadas... Muito bem, estou de acordo. Sim, estou de acordo. Simplesmente, pelo que ouvi dizer no outro dia no "marché", no mercado, e mesmo no "chantier", porque a gente conversa destas coisas, claro, ouvi dizer que só os emigrantes que cá estão há menos de cinco anos é que vão poder votar... Os camaradas oficiais desculpem, mas gosto de falar com franqueza, porque é com franqueza que a gente se entende: à primeira vista isso não pareceu bem... Então eu estou cá vai para oito anos, mândo tudo o que ganho para a família e não poderei votar? À primeira vista, repito, não me pareceu justo. Eu cá conto as coisas como elas se passaram... Mas, depois, fiquei a magiar: se aqueles que trouxeram a liberdade a Portugal, se aqueles que me orgulho de serem portugueses como eu, decidiram isto assim, é porque lá sabem... Sim, eles lá devem saber. E como sei que há por aí filhos da mãe que só vivem a dizer mal da nossa terra, que botam o dinheiro que ganham nos bancos franceses e nunca

mais o mandaram para Portugal, cheguei a esta conclusão: olha que se esses safardanas pudessem votar, deitavam aquilo abaixo e voltava tudo a mesma, voltava tudo ao tempo antigo... É ou não é, camaradas das Forças Armadas? Pois é, sim senhor! Portanto, e digo isto bem alto para que todos me oiçam, portanto, eu que estou cá há mais de cinco anos, não me importo nada de não votar agora porque me interessa mais que Portugal continue a seguir o caminho traçado pelo 25 de Abril, do que ir a umas eleições que podem ser o cabo dos trabalhos!

— Muito bem! — gritaram vozes aqui e ali. — Muito bem, é isto mesmo! Primeiro, está a liberdade, está a democracia!

Esperou melhor o pedreiro nas pernas sólidas. Recobrou fôlego e, muito fito naqueles que vindos expressamente de Portugal tinham passado a tarde no palco a explicar o porquê e o como da atualidade portuguesa, acrescentou:

— Mais uma palavrinha para terminar... Não sei se foi aqui se foi lá fora, ouvi alguém dizer que vai haver deputados para os emigrantes... Sim, deputados especiais para os emigrantes que a gente elege nos consulados... Não sei se é verdade se é mentira... Mas lá ouvir, ouvi. Li há tempos também num jornal que se calhar as Forças Armadas terão uns tantos deputados à Assembléia... Os camaradas oficiais dirão se estou errado... Ora, o que eu queria dizer era o seguinte: se a gente vai ter

Diário de Notícias

deputados... Deputados deste ou daquele partido que a gente vai ver-se à brocha para escolher, porque aqui em França e nos outros países não vai ser fácil à gente inteirar-se tanto do partido como do candidato... se as coisas são o que são e os governos da França e dos outros países vão deixar os partidos portugueses fazerem aqui a sua propaganda livremente, é ou não é? Ora, se ao mesmo tempo vai haver na Assembléia uns tantos membros das Forças Armadas, eu pergunto aos camaradas oficiais o seguinte: porque motivo não hão-de ser esses membros do M. F. A. os nossos deputados, os deputados dos emigrantes?"

Cresceu o silêncio, logo desfeito por um estralejar de palmas:

— Isso mesmo. Vivam as Forças Armadas, viva o M. F. A.

Foi isto no sábado. No dia seguinte, os trabalhadores portugueses voltaram a encher a sala de festas deste subúrbio operário parisiense para assistir à representação da "Traição do Padre Murtinho", ao concerto da pianista Olga Prats e do Coro da Academia dos Amadores de Música. No fim destes dois dias de convívio, lia-se a felicidade em todos os rostos. Felizes estavam os espectadores, felizes estavam Lopes Graça, Bernardo Santarém, João de Freitas Branco e todos os artistas. Felizes igualmente os sete membros do Movimento das Forças Armadas. Que de estranhar portanto, que na conclusão do novo diálogo, nos tenhamos todos arguido para proclamar que o povo está com o M. F. A. e que eu tenha ouvido do fundo da sala, arremessada pela voz sonora do nosso compatriota que anda com os seus camaradas a alindar e a enriquecer o 15.º bairro de Paris, a seguinte afirmação: "O emigrante está com o M. F. A."

Delegação do Canadá

— Uma delegação dos emigrantes portugueses do Canadá, a comissão de solidariedade ao "25 de abril" de Montreal, deslocou-se ao Ministério do Trabalho, onde foi recebida pelo titular daquela pasta, capitão Costa Martins, para fazer entrega da importância de 181.794 escudos e 60 centavos, resultante da campanha de apoio ao MFA e ao Governo Provisório, realizada em Quebec, entre trabalhadores portugueses.

O caráter reacionário da agitação na Universidade

"Não se pode aceitar que o povo português esteja a alimentar a ociosidade e o parasitismo dos pseudo-revolucionários que nas escolas não estudam nem deixam estudar, declarou o ministro Alvaro Cunhal durante um comício realizado pela U.E.C. no pavilhão dos desportos em Lisboa. Disse ainda o ministro, no discurso de encerramento, que a complexa situação existente na Universidade tem causas de fundo, objetivas, nas insuficiências do ensino, na falta da reforma democrática, em atrasos do saneamento e, no que respeita ao ano em curso, no súbito e radical aumento dos alunos inscritos no primeiro ano das escolas superiores; mas que há também causas subjetivas, ligadas à ação de "chantagistas e provocadores que ganham de atrevimento por cada cedência que encontram". E acrescentou, "uma resposta firme logo que a chantagem se manifesta é a melhor forma de a combater".

Sob vibrantes aplausos da assistência, Alvaro Cunhal prosseguiu dizendo:

"A construção, embora difícil e contraditória, do Portugal democrático, assim como a cooperação fraternal com os povos das antigas colónias portuguesas, exige e exigirá a formação de milhares de novos quadros, a formação de especialistas nos mais diversos domínios. Mesmo em escolas cheias de insuficiências e defeitos se pode adquirir uma formação profissional. Os filhos dos milionários que brincam às revoluções, podem permitir-se andar nas escolas por pura distração. Mas para a grande massa dos estudantes, a escola é o caminho para uma profissão a exercer e que permitirá ganhar a vida. Na situação política democrática, a frequência das universidades e das escolas em geral legitima-se pelo aproveitamento, pelo estudo".

"As escolas custam ao povo português enormes meios financeiros. Não é de se admitir que muitos milhares de jovens filhos das classes trabalhadoras queiram estudar e não

possam, por falta de recursos e, ao mesmo tempo, existam numerosos estudantes que não querem passar o ano a perturbar, desorganizar e paralisar a vida escolar."

"A forma de ser revolucionário — continuou o ministro — varia segundo as condições existentes. Um mesmo ato pode ser revolucionário ou contra-revolucionário segundo as circunstâncias históricas, as intenções e os objetivos com que é praticado."

"No Portugal fascista, levantar o povo contra o governo era uma forma de luta revolucionária. No Portugal democrático de hoje, levantar o povo contra o Governo é uma atividade de essência contra-revolucionária."

"Os que visam paralisar a vida escolar servem a reação. E aqueles que, ao mesmo tempo que lutam pela reforma do ensino, lutam para que as escolas funcionem regularmente, aqueles que estudam tenazmente para aprender e poder melhor servir o povo e o país, mostram a sua consciência revolucionária."

"Ante as dificuldades, é fácil dizer que tudo se pode resolver a contento de todos, que todas as aspirações podem ser imediatamente satisfeitas. É mais difícil, mas é a única atitude responsável, explicar a verdade mesmo que desagradável, indicar as soluções corretas, mesmo que vão, de momento, contra esperanças de certa forma generalizadas."

"É necessário ter força de convicção, firmeza, confiança, coragem, para remar por vezes contra a corrente e insistir sempre na verdade, no esclarecimento dos problemas, na indicação do justo caminho de luta"

E concluiu o ministro: "Uma política justa nem sempre conduz ao sucesso imediato. Sucede mesmo, por vezes, que sujeita aqueles que a defendem a horas difíceis e perigosas. Mas uma política justa acaba sempre por ser confirmada pela vida, acaba por ser compreendida pelas massas e acaba por ser prelada pelo sucesso".

Contatos diretos com as universidades

O ministro da Educação e Cultura tenente-coronel dr. Manuel Rodrigues de Carvalho, começou a aplicar a sua anunciada política de "contatos diretos", reunindo-se com as comissões de gestão das escolas integradas na Universidade Técnica e com representantes da Universidade Clássica de Lisboa.

Nos trabalhos participaram o reitor da U.C.L., prof. Barahona Fernandes, e o vice-reitor da U.T.L., prof. Arantes e Oliveira.

Segundo informação de fonte oficial foram tratados assuntos relacionados com a abertura do ano escolar e com a frequência do 1.º ano.

O tenente-coronel Rodrigues de Carvalho teve idêntica reunião de trabalho com elementos do Conservatório Nacional da Escola Superior de Belas-Artes e do Instituto Superior de Educação Física.

O ministro desloca-se a Coimbra, também para uma reunião com os representantes universitários, e concluirá no Porto, esta série de sessões de trabalho.

Em declarações feitas ao "D.N.", há cerca de uma semana, na véspera de tomar posse o novo ministro da

Educação e Cultura prometera procurar que um despacho seu represente a idéia dos setores aos quais interessa".

Por outro lado, o novo responsável pela pasta da Educação manifestara o empenho em "ter uma atuação pouco presa à burocracia ministerial e mais contato direto com alunos e professores, sem protocolos nem formalidades".

Recorda-se que a política de "contatos diretos" do tenente-coronel Rodrigues de Carvalho se insere na profunda preocupação governamental de encontrar soluções para a vasta problemática dos vários graus do ensino, e consequente normalização da vida académica.

O brigadeiro Vasco Gonçalves convocou, extraordinariamente, o Conselho de Ministros, que, durante cerca de cinco horas analisou, exclusivamente, os problemas da Educação. No final, os ministros afirmaram a confidencialidade da presente fase dos trabalhos o que parece ser um índice da espinhosa e prolongada tarefa que ainda se depara aos responsáveis do Governo.



TRIANGULO CORRETORES DE SEGUROS LTDA
seguros em geral

Incêndio — Automóveis — Vida em grupo — Acidentes pessoais
Rua Barão de Itapetininga, 255 (Galeria Califórnia) — 11.º andar —
Cj. 1107 — Fones: 32-4882 e 37-2774 — São Paulo

Campanha para debelar atraso rural

Por entender que o contato direto com as populações é a melhor forma de debelar, democraticamente, a grave herança legada pelo regime fascista no que se refere às condições econômicas, sociais e culturais em que vive o mundo rural vai a Secretaria do Estado da Agricultura promover a Campanha de Dinamização Agrícola, para cuja execução foi já nomeada uma Comissão Central.

Uma das suas importantes tarefas consistirá em evidenciar os erros da ditadura derrubada e salientar as diretrizes preconizadas pelo Governo Provisório para proporcionar uma vida digna às populações mais pobres do País, conforme se afirma num comunicado daquela Secretaria de Estado, e que diz:

"Impõe-se realizar uma vasta campanha junto das populações rurais com vista a conseguir a sua participação na dinamização do setor agrícola e, em termos mais amplos, na reconstrução do país dentro das diretrizes do programa do Movimento das Forças Armadas.

Há necessidade de desenvolver, junto dos pequenos e médios agricultores e dos trabalhadores rurais, uma ação ampla e intensa de esclarecimento da nova política económica do Governo, que é posta ao serviço do povo português e, em particular, das camadas da população até agora desfavorecidas.

É indispensável que as largas camadas das populações rurais conheçam, perfeitamente, as orientações e preocupações dos responsáveis pela implantação do regime democrático no nosso país, e as divergências profundas com a política conduzida pelo Governo fascista que não tinha em conta os seus verdadeiros interesses e os seus legítimos direitos.

A grave herança legada pelo regime ditatorial impede a rápida resolução da situação crítica da nossa agricultura e de outros setores da atividade económica nacional. Tal deverá ser explicado às populações rurais, evidenciando os erros da ditadura derrubada e salientando as diretrizes e as medidas tomadas e preconizadas pelo Governo Provisório, cuja preocupação dominante é a de proporcionar um nível de vida digno às populações mais pobres do país.

O contato direto com as populações é a melhor forma de promover o seu esclarecimento e de conhecer os seus problemas. Assim, e dando também satisfação aos colaboradores da Secretaria de Estado, que, louvavelmente, deram sugestões e se propuseram a dar a sua cooperação e tomada a decisão de se realizar a Campanha de Dinamização Agrícola. Articular os esforços com a Campanha de Dinamização Sócio-Cultural do M.F.A.

"Esta campanha deverá ser articulada, sempre que possível, com a Campanha de Dinamização Sócio-Cultural do M.F.A. à qual deverá ser prestado todo o apoio pelos membros da Campanha e pelos funcionários da Secretaria de Estado da Agricultura, como, aliás, já está a suceder, cumprindo-me louvar todos aqueles que para além das suas ocupações profissionais na Secretaria de Estado têm contribuído e participado no êxito das sessões de esclarecimento organizadas pelo M.F.A."

Nas sessões da Campanha os responsáveis deverão tratar com as populações locais tudo o que diga respeito aos problemas agrícolas, procurando inculcar nelas o conceito de solidariedade democrática para se conseguir mais rapidamente um amplo progresso social.

Prioridade para alguns distritos

A Comissão Central deverá estabelecer um programa de trabalho para todo o País, dando, no entanto, prioridade para o arranque das ações nos distritos de Braga, Bragança, Castelo Branco, Guarda, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

Costa Gomes recebe cumprimentos do corpo diplomático

No Palácio de Queluz realizou-se a cerimónia de cumprimentos de Natal e Ano Novo, da parte do corpo diplomático acreditado em Lisboa, ao Chefe do Estado, General Costa Gomes.

Tratando-se da primeira cerimónia do género realizada após o 25 de abril, revestiu-se de especial importância, não só porque foram bem diferentes, verdadeiramente calorosas, as saudações dirigidas pelos representantes dos diversos países ao povo português, mas também, porque pela primeira vez estiveram representadas nações com as quais só muito recentemente reatamos ou estabelecemos pela primeira vez relações.

Foi o Núncio Apostólico, Monseñor Giuseppe Maria Sensi, que, como decano do corpo diplomático acreditado em Portugal saudou em nome de todos os chefes de missão o Presidente Costa Gomes, afirmando:

"Na fidelidade a uma velha tradição, o encontro anual dos chefes de missões diplomáticas com o supremo magistrado de Portugal quer ser, nesta hora nova, a expressão sincera dos sentimentos dos nossos países para com o nobre povo lusitano.

"É sempre grato ao nosso espírito manifestar a esperança de que as nações, sejam quais forem os seus sistemas de governo, se robustecem cada vez mais na sua caminhada dentro da história.

"Fronteiras geográficas e diferenças de cultura em nada impedirão que se entendam as almas e se harmonizem os interesses, de modo que as nações, fazendo cada uma a sua história, concorram todas, positivamente, para o progresso e a elevação da comunidade humana.

"Seria irrealismo não ver as dificuldades e as tormentas com que o mundo se debate. Mas também seria cair em pessimismo injustificado negar as capacidades da inteligência e do coração do homem, a sua grandeza e o seu poder moral perante as forças dispersivas e os antagonismos que ameaçam o presente.

"São certamente imensas as tarefas e árduas as responsabilidades de quem governa neste momento decisivo em que Portugal forja um novo futuro. Há porém razões para confiar na dedicação, na prudência, na fidelidade aos princípios de justiça, de liberdade, de compreensão fraterna, de que V. Exa., senhor Presidente, é senhor na suprema condução dos destinos nacionais.

"Dispõe V. Exa. de um povo radicalmente bom e que gosta de trabalhar no sossego de cada dia, sem olhar a sacrifícios, para que sejam melhores os tempos de amanhã.

"Todos acompanhamos com o mais vivo interesse a obra que infatigavelmente se está a desenvolver para a independência dos territórios ultramarinos. Alegremo-nos com os importantes resultados já obtidos e auguramos felicidades, outros não são os que cordialmente formulados em nome dos soberanos e dos chefes de Estado que temos a honra de representar, senão os de que, não obstante todos os problemas ainda existentes, possa chegar, em breve, a feliz termo.

"Igualmente desejamos o melhor êxito na ação onívota em que os governantes se empenham para levarem Portugal a realizar-se da melhor forma, dentro da ordem, da disciplina moral e jurídica, da concórdia e da paz, para o bem integral de todos os seus filhos.

"Nesta quadra festiva, tão propícia à renovação de votos de Portugal, com o seu Governo e a sua gente, venha a ter em 1975 um ano chelo de venturas, na tranquilidade e na alegria.

"Queremos formular ainda um voto especial pelas prosperidades pessoais e familiares de V. Exa."

"O Presidente Costa Gomes, agradeceu em seguida, afirmando num breve discurso:

"Antes de mais, quero agradecer a V. Exas. os votos de felicidades dirigidos ao povo português e a mim pessoalmente. Em circunstâncias conhecidas por todos nós, a partir de abril deste ano, Portugal tem estado lançado numa tarefa de reorientação de caminhos e renovação de processos políticos, dentro das coordenadas da democratização e descolonização.

"Nesta altura do ano, tradicionalmente ligada aos princípios da paz, fraternidade e compreensão, é-me grato poder referir que Portugal se encontra numa situação de paz nos territórios africanos ainda sob sua administração. E junto-me a vós, senhores chefes de missão, no desejo e esperança de que as relações entre os nossos países, à semelhança deste ano, continuem a desenvolver-se num clima de amizade e respeito mútuos, compreensão dos respectivos interesses e obtenção através do diálogo de plataformas de entendimento. Peço a V. Exas. que transmitam aos vossos soberanos e chefes de Estado os meus melhores cumprimentos e votos de felicidades, que torno extensivos aos senhores chefes de missão aqui presentes e suas famílias".

Centros de férias e cinema itinerante

A F.N.A.T. vai pertencer mesmo aos trabalhadores, que dela vão passar a beneficiar verdadeiramente — foi anunciado, aos representantes dos órgãos da Informação, no decorrer da sessão de trabalhos realizada na sede daquele organismo e a que presidiu o secretário de Estado do Trabalho, dr. Carlos Carvalhas, que estava acompanhado do subsecretário de Estado da Informação, Luís de Barros.

Gerida desde há dois meses apenas, por uma comissão administrativa, de que fazem parte o eng. José de Brito Folque e o dr. Sabino Guedes Lebre — estes dois elementos referiram, na reunião, as linhas gerais da profunda reestruturação que a F.N.A.T. vai sofrer incluindo a mudança de nome.

Relativamente ao turismo interno, foi revelado que vão ser criadas mais colónias e centros de férias e que vão ser totalmente reformulados os critérios de utilização, de forma a que sejam beneficiários os trabalhadores de menos recursos.

Ainda neste campo, vai intensificar-se a organização de excursões pelo País, introduzindo nas mesmas uma inovação: proporcionar aos seus participantes contatos humanos nas regiões que vão visitar e dar-lhes, através deles, uma ideia dos problemas sócio-económicos que os habitantes dessas zonas enfrentam. Quer dizer, vai procurar-se que, por exemplo, um rural do Alentejo conheça os anseios, o modo de viver e de pensar de um operário têxtil da Covilhã.

TURISMO EXTERNO: Intercâmbio com vários países incluindo a Dinamarca e Cuba

No que diz respeito ao turismo exter-

no é intenção dos dirigentes da F.N.A.T. continuar a realização de excursões, muito embora para estas se introduza igualmente a preocupação de proporcionar aos seus participantes contatos diretos com a realidade dos países a que deslocam.

Entretanto, decorrem negociações com vários países para se estabelecer um intercâmbio, permitindo aos trabalhadores portugueses gozarem férias no estrangeiro sem perda de divisas e, em contrapartida, a utilização das instalações dos centros de férias por trabalhadores estrangeiros durante a estação baixa de turismo.

Já se chegou a acordo de princípio com a Dinamarca e nele se estabelece que, durante duas semanas, em Julho/Agosto, trinta trabalhadores portugueses irão ali passar férias, visitando nessa altura Portugal igual número de dinamarqueses que ficarão alojados na Costa da Caparica.

Durante as férias serão proporcionadas as veraneantes conferências de sociologia, política, etc.

Conforme foi ainda revelado, estão praticamente estabelecidas as condições do intercâmbio que vai registrar-se com Cuba, em condições excepcionalmente económicas para os trabalhadores portugueses, e iniciaram-se conversações com a República Democrática Alemã, no mesmo sentido.

Dr. Edison Rodrigues-Chaves

Advocacia cível e comercial

Inventários, partilhas e arrolamentos
- Desquites e anulação de casamento
- Naturalização - Protestos e cancelamento de protestos - Contractos, renovação de contratos e ações de despejo - Falências e concordatas.

Rua Libero Badaró, 488, 5.º and.,
Fone: 37-0933 — São Paulo

ouça diariamente

A EMISSORA NACIONAL DE LISBOA

nas ondas

13, 19, 25 e 31 metros
a partir das 12 até 21 h.
(horário do Brasil)
noticiário às 16, 19 e 20 h.

PORTUGAL Trilha Nova

VARELA LEAL e FERNANDO COSTA

Comandam nova fase de Programações Lusas na rádio brasileira

RADIO EMISSORA ABC-1.590 KHz

sábados — das 14 às 17 horas

"Ao bom Portugal... com carinho"

(Música - Romance - Poesia)

domingos — das 11,30 às 14 horas

"Portugal Trilha Nova"

(Desporto e Música)

Cultura e animação cultural

por Fernando Namora

A idéia de cultura e o intento de a incorporar no quotidiano dos extratos humanos que dela se viram arredados estão, como se sabe, na ordem do dia, e as diligências nesse sentido não esqueceram articular-se na necessária alfabetização sócio-política.

Ninguém deixará de aplaudir tais propósitos. Aos partidos caberá, em simultaneidade, orientar lealmente para uma opção. Que deve ser isenta da demagogia manipuladora da boa-fé dos que só agora foram acordados para a responsabilidade da escolha. Neste país que foi de trevas, nesta hora crucial, cada gesto e cada palavra contam. Neste país, nesta hora, há que ter, em todas as circunstâncias, o senso da ressonância histórica de qualquer das nossas atitudes, sobretudo daquelas que repercutem na comunidade. Para o melhor e para o pior, e por longos anos de aposta no devir.

E porque assim é, mais se justifica que a idéia de cultura se clarifique tanto quanto possível, desembaraçando-a dos convencionalismos que a têm desfigurado. Com efeito, suponho que, para a maioria das gentes, cultura associa-se a uma concepção elitista de sabedoria. Cultura, embora sob um halo nebuloso, confunde-se com erudição, não necessariamente especializada mas, em todo o caso, aferida por um modelo refinado, sucedendo até que mais vezes se tem por instruído aquele que abordou múltiplos ramos do conhecimento sem se deixar absorver por nenhum, possuindo com quase todos a familiaridade bastante para lhes transpor a porta sem a insegurança de quem entra num quarto escuro. Homem cultivado, homem de livros, com curiosidades e saberes incomuns, e frequentemente também de falas que parecem excêntricas, compartilha, portanto, de uma sugestão de casta e, além disso, impregna-se fortemente de uma tinta de viver passivo. A esse homem vogando por altas zonas acima do real tolera-se, porém, tal passividade, que surge, assim, aos olhos do consenso público, ora como benigna esquisitice ora como uma espécie de regalia indissolúvel das coisas do espírito.

O primeiro ponto a clarear começa aqui. Enquanto esta idéia de cultura persistir, os esforços no intuito de consciencializar as populações em estado de obscurantismo e de os defender de uma receptividade crédula não poderão ser tão frutu-



os quanto se deseja, já que, por um lado, esses esforços parecerão deslocados do auditório a que se dirigem e, por outro, perdurará o sentimento de que as palavras ouvidas, as manifestações culturais observadas (mas não saboreadas) correspondem a uma amostra artificiosa e fugaz daquilo que diz respeito a uma forma de vida contemplativa ou ociosa, e de algum modo extravagante, por isso encarada com um misto de deferência, ironia e tolerância — para todos os efeitos, alheamento. Coisas dejes, dos outros, que nada sabem da vida autêntica, daquela que é resposta ativa aos desafios diários e não consente fugas às circunstâncias. Deste modo, as tais palavras ouvidas, as manifestações culturais a que se assiste inscrever-se-ão no quadro do "espetáculo", do qual restará a lembrança de um mundo estranho e longínquo que por ali perpassou.

Que é, pois, verdadeiramente cultura, cuja noção importa definir e inculcar, para que as pessoas a sintam onde quer que residam, onde quer que sonhem e lidem, onde quer que lutem, seja aonde for que se exprimam como células vivas do tecido social? A definição não é fácil, precisamente porque terá de incluir tudo o que diferencia a existência como simples função económico-fisiológica da existência como ato participante e criador — um canto profundo que irrompe de cada um de nós, indivíduos, e de uma sociedade enquanto organismo solidarizado na harmonização desses impulsos singulares.

A cultura será, por conseguinte, uma certa maneira de nos situarmos no mundo, interrogando-o, interpretando-o e refazendo-o, de nos dispor-

mos no xadrez gregário, uma certa maneira de conceber o trabalho, os fazeres e a fruição de tudo isso, uma certa maneira de aprender a novidade e de a legar, já transfusionada, aos que receberão de nós um universo inevitavelmente modificado.

Nada, pois, menos passivo que cultura. Todo o fenómeno cultural pressupõe inquietude e adesão fecundante às coisas e aos seres — deles e delas recolhendo as linfas que, após sutis alquimias, irrigam o que de mais vital existe na trama coletiva. Nada menos passivo e nada menos aristocrático. Sabe-se, aliás, que é nas épocas de crise, quando o homem joga astuciosamente com a sua esterilidade e o seu desespero, que se propõe uma cultura amaneirada, de difícil acesso, que, como todo o cerimonial ofuscador, não tem verdade nem tem fé.

O camponês que inventa uma dança ou uma cantiga referentes ao seu mundo de anseios e labores, o pastor que, nas horas solitárias, esculpe bichos, objetos ou figurantes do seu agro, o aldeão que representa um auto tradicional e lhe acrescenta a sua perspectiva das paixões, o cidadão que pratica desporto num estádio, a criança que traduz, num desenho, uma cena familiar — todos eles fazem cultura, e fazem-na, sobretudo, se cada um desses atos for diverso dos que, no tempo e no espaço, de algum modo se lhes assemelharam.

Porque é justamente na diversidade, e não na obediência a um figurino, que os valores culturais são como tal e oferecem ao homem a chave da adaptação, o mesmo que dizer: da sobrevivência. Políticos, sociólogos, economistas são agora unânimes em acusar de paralisadora a uniformidade para que tendiamos, reduzida a orbe, pela informação globalizada, às dimensões de uma vilória, em que os acontecimentos e a instantânea reação por eles provocada era imposta aos homens de qualquer lugar e de qualquer contexto. O apelo, agora, mostra timbre bem distinto: é dirigido ao que existe de específico em cada povo, em cada agregado, em cada indivíduo, repositório decantado de experiências acumuladas, que a prática a todo o momento reformula, pois essa especificidade revela-se muito mais capaz de agir positivamente sobre o mundo, de integrar as verdades novas, de retificar as desigualdades, do que a artificial padronização de um estilo de vida.

Ainda há pouco René Dubos nos chamava a atenção para a extraordinária estabilidade biológica e psicológica do fenómeno humano, à qual se opõe, naturalmente, a plasticidade social. Mas o dinamismo des-

ta, que reflete uma insaciada insatisfação perante os condicionamentos exteriores, será tanto mais atuante quanto preservar a identidade de uma organização estrutural já apurada. Quando se fala, bem justificadamente, em revolucionar os esquemas mentais para a edificação de uma sociedade diferente, aponta-se para um dos aspectos mais decisivos da problemática atual (e não apenas nossa); todavia, há que ter em conta que todo o organismo violentamente sacudido na sua composição tende, após a surpresa do abalo, a retrair-se como um protoplasma ameaçado, a recompor-se segundo os velhos esquemas. Tarde ou cedo, dar-se-á o refluxo, assistindo-se ao refervilhar dos anticorpos mobilizados no sentido de bloquearem as forças sentidas como intrusas. As sintomatologias de "rejeição" (digamos regressivismo), de natureza existencial, ou política ou cultural, que se vão observando e a que nenhum tipo de sociedade tem sido imune, bem o atestam. Nunca será abusivo equiparar a fisiologia das sociedades à fisiologia humana. E esta dar-nos-á úteis ensinamentos, sobretudo quando em presença de uma textura social particularmente frágil ou esclerosada. Num ou noutro caso, a resistência é débil.

A animação cultural, portanto, nesta fase de rudimentarismo das populações, deveria ter em vista fundamentalmente a sensibilização dos espíritos aos seus próprios valores. Ensinar as pessoas a servirem-se dos seus sentidos, a entenderem, a interferirem, a reconhecerem, afinal, o significado e a relevância dos atos que as testemunham. Como escreveu Michel Guy: "Dar ao público os meios de se identificar". O convívio com obras de arte, a romagem a monumentos e museus, a organização de exposições, palestras, festivais, pouco valem se as pessoas não tiverem sido gradual e insistentemente preparadas para um desfrute genuíno. Dal que a cultura, para ser assumida e dinamizada, precise dos veículos mais diversos. E não dispense nenhum dos domínios da atividade humana, a escola, a oficina, o recreio. Em todos eles deverá erguer-se uma antena que capte e transmita esse estremeclimento pujante, que vibra num povo inteiro, quando tem alguma coisa a escutar e a dizer-nos.

Educar, revelar, adestrar o gosto. Mas, primeiro que tudo, incitando as iniciativas espontâneas dos interessados. De contrário, desenharemos abstrações num papel impávido, edificaremos templos mortos, como parece ter sucedido à maioria das Casas de Cultura com que muitos países, ditos civilizados, julgaram satisfazer as necessidades culturais dos cidadãos.

por Fernando Lemos

A razão e as origens do expurgo português, que cortaram em abril a dinastia fascista os poderes de continuidade, pelo menos aos seus principais sucessores, estão hoje basicamente esclarecidas mesmo para aqueles que não as aceitam. Já se torna redundante fazer qualquer alusão ao procedimento desses algozes que vitimaram o país sem o mínimo de alteração na linha de crimes que vinham sido cometidos desde 1926. Nunca é demais denunciar, mas, na esperança de que agora seja feita a justiça esclarecida desses crimes para que a História os enquadre e classifique, nós decidimos silenciar em nosso jornal sobre os próprios nomes dos réus, principalmente dos dois expatriados. Em função apenas de um pudor que nos surge, pelo fato de eles se encontrarem hoje na condição, embora ambígua, de desterrados. Pudor que não nos acometeria se eles se achassem internados, nas masmorras que construíram para gosto da sua repressividade e ao alcance da justiça de seu próprio país. Para não confundir mais essa situação fantasiada de emoções e senti-

mentalismos do corte luso-brasileiro, calamos. Enquanto forem neste exílio generoso uns simples estranhos na multidão e até que a justiça portuguesa os processe, na sequência natural de provas obtidas nas confissões dos seus valetes — que dirão ter "recebido ordens", sempre o último suspiro covarde dos que a tudo obedecem. A Verdade e a História, são uma coisa só.

Calamos porque essa é a nossa crença na justiça e porque nós falamos nos anos de ditadura, ainda que no exílio e a duras penas, tudo o que, repetido hoje aqui, já nos põe em estado de cansaço impróprio para o momento, que exige um novo estado de espírito para encarar o Portugal novo, otimista e urgente.

Calamos porque agora não é mais nossa função pôr o dedo no nariz de tais figuras e porque os meios adequados o estão fazendo. Calamos porque agora sabemos que sem o poder nas mãos e a Pide nas costas, eles nada significam. E porque qualquer ataque que lhes fizéssemos, na situação delicada em que se domiciliaram, poderia resultar, aos olhos dos patrióticos negligenciadores, como uma covardia civil. O que daria aos expatriados da dinastia salazarista a aureola de vítimas coladas e indefesas. E calamos.

Porém, a circulação comercial de um depoimento em livro feito no cativeiro pelo Salazar II, cercada de uma promo-

ção insidiosa, leva-nos a fazer sobre o caso alguns reparos oportunos.

Quando uma editora portuguesa se propôs editar esse documento inofensivo, e diga-se de passagem, até útil, foi-lhe dada toda a liberdade pelas Forças Armadas. Não trazia o depoimento nenhuma revelação original que pudesse modificar o retrato fascista que do autor já está completado. Nem altera a sua colocação na genealogia em que está ramificado. Na verdade, o referido texto poderia até ter sido incluído, antes de abril, nas coleções da "política do espírito", alimentado pelos setores de propaganda que tinham o Salazar I como prefaciador vitalício.

O importante para relatar, é que os operários da editora recusaram-se a confeccionar o Livro, tal a repugnância, aliás natural, que devem sentir ainda pelos monstros de más lembranças e piores agouros.

Cabe-nos receber essa atitude como natural e salutar além de significativa do clima em que se começa a conhecer a liberdade no país. Sobre tudo no estágio de saneamento da nação. Com sangue ou com apenas despreso, esse é o processo pelo qual passam todas as sociedades em vias de transformação social e política.

Uma editora brasileira, no entanto, albeia a essas considerações, anuncia o livro com uma promoção feita no arre-

damento cínico e publicitariamente irresponsável, dando ao produto como primeira qualidade, a de ter sido "proibido pelos comunistas em Portugal". Já se vê, o princípio desta afirmação e a linha em que procura inscrever-se. Já se vê, que tudo o que venha de baixo, do protesto à reivindicação, do suspiro ao desejo, só pode ser taxado de comunista! Porque só da cúpula, de cima, se pode receber a permissão para tudo.

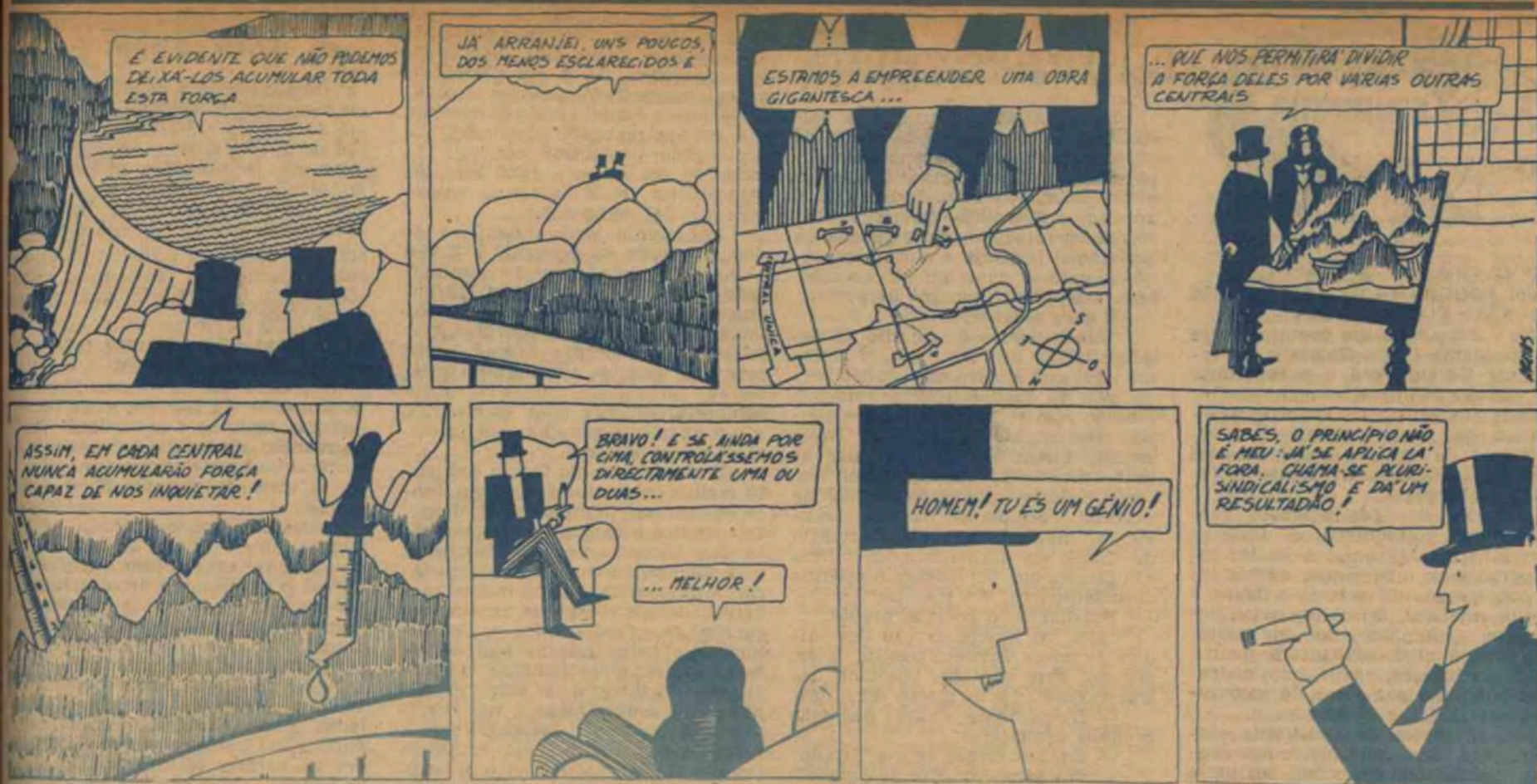
De cima é que se poderá, em última análise e segundo quem está em cima — receber a resposta aos anseios, a democracia e os próprios prazos, enfim a concessão. Portanto o método publicitário usado para a venda do livro, põe claro uma identificação do editor com o próprio livro e o autor. E mata dois coelhos de uma só paulada. Pretende inocentar a figura do "grande erudito". E avisa os leitores mais uma vez que os comunistas em Portugal, pontificando — segundo os porta-vozes da mesma corrente de pensamento e de paulada — em todos os setores da vida portuguesa, cometem e já, as mesmas injustiças apontadas ao regime deposto. Não acrescentamos mais. Se algo pudéssemos fazer pelo êxito do livro, não iria além de recomendar a todos a sua leitura, mas não a compra. Que sejam feitas cópias xerox bastantes para uma circulação rápida e clandestina, como habitualmente se faz com os livros proibidos.

ASS
NUM
CAP

Qu
qu
SIR

por

U
de si
dos p
sindic
razão
que e
a eta
sindic
In
center
tomar
A Int
vimen
do pa
rária
milho
tomov
sobre
princ
balha
reuni
das d
intran
que s
intere
só ur
ser fr
capita
A
plora
roz r
dos c
sume
fosse
froças
ria e
e a f
tural,
traba
mas,
é um
tra o
uma i
de d
venha
tudo
A
anor
meira
do a
classe
antes
trar-s



Quem não quer a unidade sindical

por Augusto Silva

Ultimamente, o problema da unidade sindical tem vindo à tona como um dos problemas mais prementes da vida sindical e política portuguesa. E não há razão para menos, pela importância de que ele se reveste a todos os níveis, para a etapa actual e para o futuro da vida sindical e da vida dos trabalhadores.

Inúmeros sindicatos representando centenas de milhares de trabalhadores, tomaram já posição sobre este assunto. A Intersindical, expressão unitária do movimento sindical do nosso país, herdeira do passado de luta unida da classe operária e representando hoje mais de dois milhões de trabalhadores portugueses, tomou também uma posição muito clara sobre este assunto: consagração legal do princípio da unicidade sindical. Os trabalhadores portugueses, em centenas de reuniões, comícios, concentrações, tomadas de posição coletivas, etc., defenderam intransigentemente este princípio, porque sabem que ele corresponde aos seus interesses de classe, porque sabem que só unidos os trabalhadores saberão fazer frente ao patronato, à burguesia, ao capitalismo!

A experiência da sua condição de explorados, aquela que, nos tempos da feroz repressão, lhes ensinou a lutar unidos contra o patronato sempre arredio a aumentos de salários — por mínimos que fossem — e sempre pronto a recorrer às froças repressivas, ensinou à classe operária e a todos os trabalhadores o valor e a força da unidade. Nada de mais natural, de mais lógico e normal, que os trabalhadores tratem dos seus problemas, do seu movimento sindical, pois ele é uma arma nas suas mãos na luta contra o capital, contra o patronato, por uma sociedade mais justa e onde o poder de decisão e os benefícios do trabalho venham para aqueles que, trabalhando, tudo produzem na sociedade.

Até aqui tudo vai bem. O que parece anormal à primeira vista (e só à primeira vista) é que aqueles que, nada tendo a ver com os trabalhadores e com a classe operária, pretendam agora (porque antes ninguém os viu nem ouviu) mostrar-se preocupados com os problemas dos

trabalhadores. Onde andariam estes senhores antes do 25 de Abril? Nunca ninguém os viu, nem muito nem pouco, preocuparem-se com os problemas dos trabalhadores, com a sua luta por melhores condições de vida, contra a exploração e a miséria que abundava nas casas dos operários do nosso país! Outros ainda, não cessam de bradar pelos jornais e outros meios de comunicação a sua posição pessoal e a sua pretensa condição de conhecedores dos problemas dos trabalhadores e do sindicalismo, o seu saber e engenhosidade na invenção de novas e apressadas fórmulas de condução da luta de classes (que conhecem pela leitura, nos bons e luxuosos gabinetes) para assim tentarem enganar aqueles que, no dia-a-dia, lutam e defendem verdadeiramente a sua condição de proletários. Há quem seja, e teime em ser, curto de vista...

Mas a quem não serve realmente a unidade sindical, a força unida dos trabalhadores na luta política e na luta sindical? A burguesia! E quem diz à burguesia diz ao patronato, e quem diz ao patronato diz ao capitalismo! Este é o problema principal. Efetivamente, ontem como hoje, tudo o que foi unidade dos trabalhadores, a qualquer nível que fosse, não serviu os interesses do capitalismo. A divisão dos trabalhadores, a nível político ou sindical, essa sim, serviu e serve os interesses do capitalismo, dos exploradores. Não parece, pois, anormal que o capitalismo, a burguesia e os seus lacaios, direta ou indirectamente, queiram ou pretendam dividir os trabalhadores a nível sindical, jogando assim uma alta cartada no momento presente, investindo no futuro. A história do movimento operário e sindical está cheia de episódios destes, na luta que sempre opôs oprimidos e opressores, explorados e exploradores. Se os trabalhadores escapam à influência dos partidos burgueses ou aburguesados, às organizações burguesas e outras, a burguesia procura sempre dividi-los, para depois agir directamente no seu seio, procurando assim minar a confiança dos trabalhadores nas suas próprias forças. Os trabalhadores sabem — e a burguesia também — que pelas suas condições de existência e de trabalho o proletariado, de entre todas as classes oprimidas, é a que é mais susceptível de atingir o mais alto nível de organização e de consciência. Ele é o intérprete mais consequente dos interesses de todos os trabalhadores, manuais ou intelectuais, explorados pelo capitalismo. Por isso, a burguesia e os seus arautos não cessam de o tentar dividir, tentando chamá-lo à influência das suas idéias.

O movimento sindical internacional, a experiência, por vezes amarga, da classe operária e dos sindicatos noutros países, dão-nos exemplos flagrantes sobre o que se esconde por detrás de certas afirmações e atitudes tendentes a dividir o movimento sindical.

Em 1947, a França vivia um dos momentos mais importantes da sua história. Dois anos apenas após o fim da Segunda Guerra Mundial que libertara uma grande parte da Europa das garras do fascismo, o patronato francês, que dera todo o apoio ao Governo fascista de Vichy e a Hitler (antes Hitler que o Governo Popular — diziam eles) encontrava-se ameaçado nos seus privilégios de classe. O programa do Conselho Nacional da Resistência prévia, no quadro da luta antimonopolista, uma série de nacionalizações e a entrega efetiva à nação dos grandes meios de produção nos setores de energia, companhias de seguros, bancos, siderurgia, transportes, etc.

Sabotando por todos os meios a efetiva aplicação deste programa, o grande capital, com a ajuda de partidos reacionários no Parlamento e de alguns homens no Governo, e ainda com a ajuda do imperialismo norte-americano, procurava diminuir a amplitude destas medidas ao mesmo tempo que aumentava a feroz exploração da classe operária francesa. Os trabalhadores franceses possuíam a força suficiente para impedir as tentativas da reação, desde que mantivessem e reforçassem a sua unidade de classe. Foi contra esta unidade que a burguesia lançou todas as suas energias e recursos financeiros.

Em 1967, em entrevista concedida ao jornal americano "Los Angeles Times", o sr. Thomas Braden, alto responsável da C. I. A. (Central Intelligence Agency) (1) e assistente do seu diretor sr. Allen Dulles, confirmou que avultadas somas foram concedidas a vários sindicatos franceses, italianos e alemães a fim de provocarem cisões no movimento sindical. Em 1947, prossegue o sr. Braden, a C. G. T. (2) francesa organizou em Paris uma greve (3) que ameaçava paralisar a economia. Utilizando os serviços da A. F. L.-C. I. O. (Federação Americana de Trabalho — mas na realidade secção do departamento de Estado americano (a) para o trabalho sindical), Irving Brown foi destacado para França para organizar a central francesa "Force Ouvrière", (4) com fundos fornecidos primeiramente por David Dubinsky presidente do Sindicato Internacional dos operários da confecção e posteriormente pela C. I. A. Foi assim que começou a distribuição de fundos, estendendo-se logo em seguida à Itália. Dois milhões de dólares por ano eram entregues a esses sindicatos considerados sólidos. E a concluir disse ainda o sr. Thomas Braden, referindo-se aos conselhos dados aos seus agentes infiltrados em organizações internacionais: limitem os vossos subsídios às despesas que podem fazer normalmente organismos privados. Não utilizem senão organismos existentes, procurem preservar a sua dignidade não os obrigando a apoiar em todos os aspectos a política americana oficial, escondam a importância dos interesses americanos.

O sr. Brown é um personagem também já nosso conhecido pois já esteve, pelo menos duas vezes, em Portugal depois do 25 de Abril.

Iniciada no PTT (Correios e Telefones) de França a cisão dos Force Ouvrière levantou anos depois enorme celeuma entre os trabalhadores deste mesmo setor, levando muitos deles a abandonar aquela confederação francesa. No jornal "A Voz Sindicalista dos PTT" que pertence à mesma Force Ouvrière, o sr. Molinier, que foi secretário administrativo dessa Confederação, foi obrigado, por pressão dos trabalhadores do setor, a revelar muito do que se passou com os fundos recebidos da C. I. A. e também do Conselho Nacional do Patronato Francês.

Em 15 de Dezembro de 1949, o sr. Lejeune, delegado do C. N. P. F. declarava que de entre as ações clandestinas do C. N. P. F. a que melhor tinha sido levada a cabo tinha sido precisamente a que levou à cisão sindical da Force Ouvrière. Dois anos de esforços deram-nos esplêndidos resultados, disse ele com orgulho.

O capitalismo tirou as lições das pesadas derrotas que os trabalhadores lhe infligiram em todos os países, por isso ele aperfeiçoou os seus métodos de pressão ideológica sobre as massas trabalhadoras recorrendo a diversas manobras de demagogia social, tentando travar a sua justa luta. Mas também a classe operária tira as lições da sua luta, das suas derrotas, dos seus erros e dos erros dos seus irmãos de classe de outros países.

Será ainda necessário perguntar a quem não interessa a unidade sindical?

A bom entendedor estas palavras bastam!

(a) Ministério Negócios Estrangeiros americanos

(1) C. I. A. — Serviço de espionagem norte-americanos

(2) C. G. T. — Organização sindical unitário francesa da qual saiu Force Ouvrière

(3) Greve aliás sabotada por Force Ouvrière. Recusando consultar os trabalhadores nas empresas, como fora proposto pela C. G. T., os dirigentes da fracção F. O. encontram-se secretamente com representantes do Governo e do C. N. P. F. e lançam uma campanha contra a justa greve dos trabalhadores franceses

(4) Force Ouvrière — Organização sindical apoiada pelos americanos e representando hoje uma ínfima minoria em França.

(“ALAVANCA”)



APOIO DOS EUA A PORTUGAL NUM PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FINANCEIRA

Na continuação dos contatos entre o Presidente Costa Gomes e o Presidente Gerald Ford e o Secretário de Estado Henry Kissinger, os Governos dos EUA e de Portugal acordaram que seria entregue um documento de apoio e confiança dos Estados Unidos, relativamente ao futuro de Portugal.

Dentro das possibilidades imediatamente disponíveis, o Governo dos EUA prontificou-se a iniciar um programa de assistência económica e cooperação nos setores e áreas a seguir referidos, definidos como prioritários pelo Governo português: construção civil, agricultura, transportes, educação, saúde, administração pública e nas áreas de cooperação económica e financeira.

O programa de assistência económica e financeira norte-americano significa um apoio real por parte do Governo dos EUA nos esforços portugueses de reconstrução duma sociedade livre e democrática.

Os principais elementos da presente fase de assistência económica e de cooperação são os seguintes:

— O Governo norte-americano assegurará um empréstimo de 20 milhões de dólares destinado a apoiar as atividades no setor da construção civil.

— Apoio por parte de técnicos norte-americanos no campo da agricultura, transportes, administração pública, educação e saúde, por períodos limitados de tempo e sem despesas para Portugal, quando solicitado pelo Governo português.

— Oferta de reuniões e visitas de estudo nos EUA a técnicos e estudantes portugueses, de acordo com as necessidades portuguesas.

— O "Import-Export Bank" apoiará o financiamento de pedidos portugueses relativos à importação de bens e serviços norte-americanos.

— Para além da assistência bilateral e a solicitação do Governo português, os EUA:

a) Apoiarão Portugal em organizações internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a OCDE.

b) Impulsionarão outros países amigos a cooperar com Portugal, tanto bilateralmente como em ligação com os EUA.

Os ministérios competentes dos dois governos começarão imediatamente a trabalhar nos detalhes do programa, a fim de este entrar em imediata execução.

Além das atuações referidas anteriormente, a administração norte-americana dará todo o apoio à proposta de auxílio a Portugal feita ao Congresso. O conteúdo desta proposta autorizará a concessão de empréstimos reembolsáveis e não reembolsáveis, a ser divididos em partes iguais entre Portugal e os antigos-atuais territórios africanos sob administração portuguesa.

RETIRADA DOS BALDIOS DO REGIME FLORESTAL

Tendo em mente a importância económica de muitos terrenos baldios à norte do Tejo, submetidos ao regime florestal por uma lei de 1938, o que causou enormes injustiças às populações e as levou a desprezar a sua exploração, a Secretaria de Estado da Agricultura determinou o estudo de um diploma legal — já sujeito à discussão pública — que visa restituir esses terrenos ao seu anterior estatuto e dar participação aos grupos in-

teressados na administração desse bem coletivo.

O texto da Comunicação da referida Secretaria diz a determinada altura:

"A arborização dos terrenos baldios feita pelo Estado não veio de encontro aos verdadeiros anseios das populações que tradicionalmente vinham utilizando esses terrenos, pois apressou a destruição da sua já débil economia, principalmente apoiada na exploração pecuária e cultura cerealífera, para as quais foram rareando, cada vez mais os espaços livres".

E mais adiante:

"Ainda dentro do espírito da democratização do País o citado diploma legal está à discussão pública tendo sido já realizada uma primeira reunião com representantes dos grupos interessados no processo. Neste sentido foram enviados a todas as juntas e câmaras municipais com terrenos baldios submetidos a regime florestal exemplares daquele documento. Aguarda assim a Secretaria de Estado da Agricultura as críticas e sugestões que porventura o referido documento venha a merecer".

Finalmente o governo propõe:

"Que, na administração dos baldios, os povos serranos possam optar, por sua livre vontade, por uma das três modalidades de gestão seguintes:

- Diretamente através das suas próprias associações;
- Em associação com o Estado;
- Por arrendamento ao Estado".

APOIO AS INDÚSTRIAS DE LOUSA EM VALONGO

A Secretaria de Estado da Indústria e Energia, indo ao encontro das preocupações da maior parte dos industriais de Louisa da região de Valongo, em difícil situação, decidiu intervir na busca duma solução para o problema. Assim, em colaboração com os industriais, que encaram como única hipótese plausível a fusão das empresas de que são proprietários encontra-se atualmente a estudar e a preparar as ações necessárias para que a reorganização se faça rapidamente, tendo já elaborado o seguinte plano que deverá processar-se em duas fases.

1.ª fase — Fusão das empresas interessadas tendo em vista uma exploração mais racional dos seus recursos e uma comercialização centralizada.

2.ª fase — Criação de uma empresa produtora de agregados leves para a construção civil da qual será sócia a empresa que resultará da fusão dos industriais louiseiros. A fabricação de agregados leves utilizando parte do manto de cobertura do produto rochoso permitirá diminuir a incidência do custo de desmonte nos preços dos produtos clássicos, tornando assim mais rentável a exploração a céu aberto, que irá substituir o sistema de lavra subterrânea atualmente praticado.

No prosseguimento da 1.ª fase foi já efetuado o agrupamento das empresas interessadas e criada uma comissão constituída por representantes dessas empresas, que, além de se ocupar da preparação dos elementos necessários à fusão, coordena já as atividades do conjunto das empresas, em ordem ao melhor aproveitamento dos seus recursos, e gere as encomendas em carteira tendo em vista assegurar a laboração de todas as empresas da forma mais equilibrada.

Em virtude de numa destas empresas, existirem, problemas financeiros extremamente graves que levaram o seu gerente a não proceder ao pagamento das remunerações em atraso, fato que provocou um princípio de greve que ameaçava estender-se a todo o setor, constituiu-se na referida empresa uma comissão de trabalhadores que passou a assegurar o seu funcionamento normal.

APROVEITAMENTO DO VALE DO DOURO

Repetidas vezes nos temos ocupado dos múltiplos problemas da vasta bacía hidrográfica do Douro, uma das

riquezas desperdiçadas de Portugal, porque não tem infelizmente faltado quem veja o Douro com deficiência, isto é, apenas sob o seu portento e mal aproveitado aspecto vitícola. Todavia, ele é muito mais do que isso, é a imensa realidade económica que prolongado imobilismo conduziu ao longo de um século a fatal repulsão demográfica, com todas as consequências daí decorrentes.

Na recente visita-relâmpago de dois membros do Governo à Régua — jornada que não nos foi possibilitado acompanhar de perto, porque (na gíria popular) "a bodas e a batizados, só vai quem é convidado" — parece que o debate fulcral, senão exclusivo, foi sobre a melindrosa questão da viticultura, cada vez mais complexa, de que aqui escrevemos, sob o ângulo cooperativo, em princípio do ano passado.

Porém, o vale do Douro comporta muitas outras facetas no que concerne ao seu imprescindível desenvolvimento: o rápido aperfeiçoamento das comunicações e transportes, pela melhoria rodoviária e ferroviária; a navegabilidade, em mojes modernos, de um rio que os rabelos encheram de operosa vida; a agricultura, que para triunfar tem de ser nele cada vez mais indústria; o aproveitamento integral do curso principal e dos seus afluentes, nos domínios hidroelétrico e hidroagrícola; a valorização turística, cuja exigência ressalta à vista dos leigos; o ordenamento administrativo, que é condição básica do progresso social; a implantação de estruturas sociais, como meio de se criarem ou redimirem comunidades; o apoio comercial a grande mercado em perspectiva; a industrialização local de algumas matérias-primas; a transformação psicológica pela cultura; a efetiva proteção do povo e da multidão dos pequenos proprietários; a necessária inserção do passado na grandeza de um futuro radicalmente diferente — tudo isso diz respeito à angústia do Douro, que não se detém no bucolismo campestre e no fatalismo dos que se resignaram a ficar.

BANCOS AMERICANOS CONCEDEM EMPRÉSTIMO A CTT E TLP

Um empréstimo de 15 milhões de dólares concedidos por dois importantes bancos americanos, poderá permitir, a curto prazo, melhorias sensíveis nos serviços de telefones, segundo revelou o coronel Francisco Pinto Correia, novo presidente dos CTT e dos TLP.

ELABORAÇÃO DE PLANO ECONÓMICO-SOCIAL

"O plano económico-social que estamos a elaborar constitui um segundo programa do Movimento das Forças Armadas, na medida em que dele será uma emanção, que interessa, naturalmente, todo o movimento, que vai amanhã tomar contato com as suas linhas gerais, a título meramente informativo" — declarou o major Melo Antunes, ministro de Estado que está a coordenar a elaboração do plano económico-social que vai ser anunciado ao país dentro de poucos dias.

Entretanto, o grupo de trabalho interministerial encarregado de elaborar o chamado plano económico de emergência, continua reunido em Sesimbra, a fim de concluir o relatório, a submeter ao Conselho de Mi-

nistros, com as providências a adotar a curto prazo visando um relançamento da vida económica e financeira.

Os membros do Governo e outros técnicos, que devem ultimar o plano até ao fim da semana, por forma a iniciar-se a sua discussão numa das próximas reuniões do Conselho de Ministros, têm estabelecido contatos com diversas autoridades, as quais se deslocam frequentemente a Sesimbra. No jantar de trabalho de ontem participou, também, o alto-comissário em Moçambique, almirante Vitor Crespo.

PORTUGAL FARÁ PARTE DO CONSELHO DA EUROPA

Portugal entrará como membro do Conselho da Europa, num futuro próximo, segundo o comunicado final da reunião ministerial dos países que pertencem àquele organismo.

O texto do comunicado é o seguinte:

"Os ministros discutiram as relações entre Portugal e o Conselho da Europa e exprimiram a convicção de que o processo de democratização em curso no país, se processará de maneira a permitir, num futuro próximo, a entrada de Portugal como membro daquela organização.

"Além disso, os ministros congratularam-se com as propostas formuladas pelas autoridades portuguesas, para a sua participação nas atividades de caráter técnico do Conselho da Europa, até à entrada na organização.

"Neste contexto, os ministros decidiram igualmente que o secretário-geral deverá assegurar-se de que as autoridades portuguesas sejam plenamente informadas, sobre as facilidades que poderão ser postas à sua disposição pelo Conselho da Europa".

MISSÃO OFICIAL PORTUGUESA SEGUIU PARA MOSCOU

Partiu para Moscovo, onde permanecerá até o dia 22, uma missão oficial portuguesa chefiada pelo Secretário de Estado do Comércio Externo e Turismo, que é acompanhado por representantes dos ministérios da Economia, dos Negócios Estrangeiros, da Marinha Mercante e do Banco de Portugal.

O objetivo fundamental desta missão é a assinatura do acordo de comércio entre os dois países, instrumento fundamental para assegurar a estabilidade e o desenvolvimento das relações comerciais e que começou a ser preparada na altura da visita a Moscovo do Ministro sem Pasta Álvaro Cunhal.

Naquele país, o Secretário de Estado terá contatos e conversações com os ministérios das Relações Exteriores e do Comércio Externo, e efetuará contatos nas Câmaras de Comércio e em outras organizações soviéticas.

Os outros membros da delegação terão contatos a nível técnico com os serviços daquele país com funções de promoção das relações comerciais e turísticas, tendo em vista implementar esquemas bilaterais de cooperação económica, industrial e tecnológica.

CASA DO MATE

Mate quente e gelado a toda hora -
Mate com leite, limão e maracujá -
Chá mate e chimarrão em pacotes das melhores marcas
Av. São João, 602 - São Paulo

Leia, assine e divulgue

**PORTUGAL
DEMOCRÁTICO**

Edição Nacional

À venda em todas as bancas

UMAS & OUTRAS

Eça Vale

Como todos sabem, ou se não sabem ficam a saber, o Gabinete Português de Leitura é uma das poucas instituições que, no Rio de Janeiro, vem lutando pela cultura portuguesa. Graças ao seu acervo cultural e graças também às suas invejáveis condições financeiras, o Gabinete poderá vir a ser um dos baluartes do novo trabalho luso-brasileiro que se pretende no Brasil.

Depois deste elogio, vamos à crítica que é mais o nosso forte. Por exemplo, o Real Gabinete Português de Leitura está desejando Bom Natal e Feliz Ano Novo aos seus amigos e associados. Para isso usou o nada sugestivo retrato de "Camões no seu leito de morte". Depois do 25 de abril, depois dos cravos e dos sorrisos, o Gabinete atira-nos com Camões no seu leito. E de morte.

E política de lado, caros amigos do Gabinete, desde quando o Natal pede uma imagem tão negativa? Convenhamos que é falta de gosto. Parafraseando o próprio Gabinete: aí está uma idéia de morte. E por estas e por outras que, bem, deixa pra lá.

A visita do Chanceler Azeredo da Silveira a Portugal, é ainda comentada por todos os escalões luso-brasileiros. Com efeito, ficou provado que nada, mas absolutamente nada, pode impedir o diálogo franco e objetivo entre os dois países. Algumas figuras de terceira classe, que se arvoram em líderes da colônia portuguesa, ainda tentaram torpedear o diálogo dos dois chanceleres, apelando para possíveis divergências políticas e ameaçando os líderes democratas de todas as formas e feitios. O cano foi deslumbrante e os tais senhores começam a enfrentar o indesejável anonimato. Justiça é isso, tarda mas não falha.

O regime antigo foi responsável pelo aparecimento de muitas excrescências. Entre elas o aparecimento de clube de gastrônomos, nomeadamente a famigerada "Cova da Onça", frequentada surpreendentemente por gregos e troianos. Odes de terceira, freguesias, elogios mútuos, recepção a "atenienses da cultura", poesias ao bacalhau e ao caldo verde e o mais que não digo por tédio absoluto. Antes da comilança, orações ao salazarismo e cantatas aos feitos do regime da velha senhora. E dizer que ainda há quem frequente tais antros usando aquele velho chapão norte-americano: "paz com honra". Paz com honra na "Cova da Onça"? Só jogando onça dentro da cova, para restabelecer o equilíbrio ecológico.

O "Informe JB" do último dia 11, usa três das suas caríssimas notas para defender o sr. Joaquim de Carvalho, diretor dos serviços da TAP na América do Sul. Alega o JB que o "Século" de Lisboa pedia a cabeça do sr. Joaquim de Carvalho no regime "marcellista" e que o mesmo "Século", vem de pedir a mesma cabeça, do mesmo Joaquim de Carvalho, já no novo regime. Ora muito bem.

No Rio de Janeiro circulam notícias, boatos e informações. E no meio da colônia então a coisa é de considerar. A última "bomba" diz respeito ao Centro de Turismo de Portugal. Comenta-se que o dito Centro vai ser extinto, o que aliás ainda não é de todo decidido. De uma forma ou de outra, o ambiente do CTP é de pura nostalgia, para usar uma das palavras da moda. E os outrora poderosos chefões desfilam silenciosos pelos corredores, lamentando o que vocês já sabem há muito tempo. E o que dá usar dois "poetas" para fazer turismo. De

uma forma ou de outra o Centro de Turismo de Portugal não mais será local para tertúlias decrépitas. E a chamada limpeza em regra. Ganha o turismo português e ganha a poesia, tantas vezes insultada pelos gongóricos de quinta classe, situado (ou sitiado) na rua Santa Luzia.

Em primeiro lugar não temos procuração para defender o "Século". Uma coisa porém é certa. O sr. Joaquim de Carvalho à época um dos responsáveis pelos destinos do semanário "Mundo Português" defendeu mais o anterior regime, do que atacou. Aliás, o MP atacou o regime "marcello", para defendê-lo mais adiante. O que isso quer dizer? Quer dizer que o "Informe JB" não precisa gastar suas caríssimas notas para a defesa do diretor dos serviços da TAP. Porque antes, como hoje, "figuras da colônia no Rio" pedem o afastamento do sr. Joaquim que também é Carvalho, por motivos mais do que políticos. A coisa, caros colegas do JB, tem a ver e muito é com o vil metal, o que muda completamente os fados da história.

O engenheiro Damasceno Botequilha, administrador por parte do Estado junto à TAP, esteve no Rio de Janeiro e em São Paulo. A visita passou quase despercebida nos meios da colônia portuguesa. Entretanto conversamos com o referido administrador que nos afirmou sua absoluta confiança no futuro de Portugal e, particularmente, o seu otimismo no que diz respeito aos Transportes Aéreos Portugueses. Em sua opinião, viramos uma página negra da nossa história e agora é levantar a cabeça. Com paciência, decisão e alegria. E para rematar, disse-nos: "Descansem que as injustiças serão reparadas".

De 14 a 29 de dezembro, poderá ser feita a inscrição dos eleitores portugueses, residentes no Brasil. O Consulado do Rio, fará a inscrição dos portugueses residentes na Guanabara, Estado do Rio e Espírito Santo.

Poderão ser eleitores os portugueses que tiverem filhos com menos de 18 anos ou cônjuge, em Portugal, não separados judicialmente. Os portugueses que aqui residam há mais de cinco anos, também são eleitores.

A prova de justificação, será feita do seguinte modo: a pessoa que tiver filhos menores ou esposa em Portugal, poderá prová-lo apresentando a Certidão do filho menor ou a Certidão de casamento, bem como os respectivos atestados de residência dos mesmos. No caso de residir há menos de cinco anos no Brasil, a prova é extremamente simples; basta apresentar o passaporte. Todos os portugueses que se enquadrem nos itens acima e maiores de 18 anos, poderão votar no respectivo Consulado.

Qualquer dúvida, ou explicação complementar, poderá ser obtida nos Consulados. No Rio, a Comissão de Recenseamento é composta pelos senhores Antonio de Sousa Amorim, Jaime Conde e Arlindo Barbosa da Cunha.

É engraçada a posição de certos jornais ditos luso-brasileiros. Ou por outra, seria engraçado se não fosse triste. Ainda ontem choviam editoriais glorificando as Forças — que também são armadas — portuguesas. Acontece que o MFA vem garantindo a livre crítica, a liberdade de imprensa, a redemocratização do país, bem como o processo de descolonização. Vai daí que os editorialistas, com perdão da palavra, já dão mostras de impaciência. Agora falam em traição do MFA. Mais, dizem que vivemos "um período pouco dignificante da história portuguesa" (sic). Qual seria o período dignificante? Os 48 anos anteriores?

Como diria o Conselheiro Acácio: são editoriais puxados a tango e com cheiro a naftalina. Daqui a pouco os moços vêm a público chorando mágoas e pedindo "ó tempo volta pra trás. Dá-me tudo que eu perdi...". Quem não os conhecer que os compre.

Recado ao eleitor português no Brasil

Caro eleitor português radicado no Brasil. Envio-te este recado acobertado por um doce — e por vezes incômodo — anonimato. Não sei quem tu és, nem me conheces. É melhor assim.

Pela primeira vez na vida, vais usar o sagrado direito do voto. Pela primeira vez na vida, vão te permitir dizer presente à tua Pátria. Pela primeira vez de tua vida, vais interferir na vida de milhares e, por tabela, serás atingido pelo bom ou mau uso que fizeres de tua cédula.

Descansa, não te direi em quem votares. Direi sim, pois que é minha obrigação, que durante anos e anos nunca foste chamado, nunca te pediram opinião sobre os destinos de teu país. Mais, durante quase meio século nunca te perguntaram se estavas satisfeito com os governantes. Assim foi passando o tempo. Resolveste emigrar e o fizeste. Talvez sejas um daqueles muitos que desejavam emigrar para Angola e Moçambique. Tal não te permitiram. Dificultaram-te ao máximo a saída, quando disste preferir a África. Mas quando pronunciaste a palavra Brasil, deram-te o sim, de imediato. Assim, com a mágoa no coração, (pois não entendias como se podia dizer Angola/Portugal, sem para lá poderes emigrar) entraste num navio e atravestaste o Equador.

O Brasil esperava-te de braços abertos. Aqui criaste condições dignas de vida. O Brasil soube ser generoso e tu soubestes corresponder, dando de ti os melhores talentos, nas mais diversas profissões. Depois veio o casamento e mais tarde os filhos. Em ti a dualidade terrível, por vezes dolorosa, mas inevitável. És português, mas já agora — e quem sabe para sempre — um português no Brasil. Mas o Brasil fez tudo que era possível para que tu também te sentisses um de seus filhos. Tu aceitaste o oferecimento, como veio. Tens a igualdade de direitos, mas, ironia das ironias, ainda sentes no teu íntimo um quê de português. Simplesmente porque és português, porque nasceste português. E descansa, o Brasil compreende bem essa, digamos, bigamia. Pois que o primeiro amor nunca se esquece e assim tu não podes esquecer Portugal.

Antes de abril, foste pouco solicitado pelo antigo governo português. Se tinhas boas condições económicas, eras chamado a aplaudir os governantes. Com um pouco mais de sorte (e um pouco mais de dinheiro) terias ganho uma comenda. É possível até que tivesses lutado por ela. Não te envergonhes por isso. Alguns dos "eleitos" exploraram tua vaidade e quiseram o teu apoio. Na hora dos benefícios não foste lembrado, mas pensa bem e responde: o que perdeste com isso? Nada, pois o presente tem mostrado a verdadeira face daqueles que muito se aproveitaram do antigo regime. Quem são eles? Mas é tão fácil. Olha em redor, meu caro irmão, português como eu, emigrante como eu. Aqueles que gritam historicamente contra o Governo Provisório, aqueles que escrevem contra a democratização e contra o voto, pois são esses os antigos aproveitadores, são esses os que se sentem prejudicados no bolso, nunca nos ideais.

E agora te pergunto: esses homens que assim agem, esses homens que só te chamavam quando queriam aplausos, podem em sã consciência dizer-te o que fazer? E mais, podem esses homens traçar os rumos que deves seguir? E pergunto mais, podem esses homens dizer como deves votar e em quem votar?

Diz o bom ditado popular que o silêncio é de ouro. É mesmo possível que os portugueses democratas no Brasil estejam exageradamente silenciosos. Mas também é verdade que os democratas estão tranquilos, pois cumprem o seu dever sem alardes, num trabalho contínuo e sem vasculhações. Pois que este é o verdadeiro princípio do chamado pluralismo democrático. As vedetes não servem para indicar caminhos, muito menos para serem votados.

Pensa nisto amigo português. E vota bem, com a consciência tranquila e a dignidade política recuperada.

Cabo Verde será independente dia 5 de julho de 1975

Cabo Verde será independente no dia 5 de julho de 1975, anunciou o Ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, no decorrer da cerimônia de posse dos altos-comissários portugueses em Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, respectivamente comodoro Almeida d'Eça e Tenente-coronel Pires Veloso.

O Ministro acrescentou que o alto-comissário de Cabo Verde terá funções de chefe de governo, e que o PAIGC vai indicar cinco ministros para um governo de transição a formar brevemente.

Depois de se referir à aprovação, pelo Conselho de Estado do estatuto orgânico de Cabo Verde que, desde já, passa a denominar-se Estado, Almeida Santos revelou que esse governo de transição preparará a eleição, em 30 de junho de 1975, de uma assembléia constituinte, eleição essa que se efetuará por sufrágio direto e universal.

Essa assembléia elaborará a Constituição do futuro Estado independente, de modo a que no dia 15 de julho de 1975, na Cidade da Praia, se verifique a transmissão de poderes, entre o presidente da Assembléia Constituinte e o Presidente da República Portuguesa, ou seu representante.

O Ministro acrescentou que "Timor verá também, em breve, definição do seu futuro" e acentuou que "tolerância, amizade, cooperação e paz é o que nos cabe fazer agora".

No início da cerimônia, a que assistiram, entre outras individualidades, o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, o vice-almirante Pinheiro de Azevedo, e o general Lopes Pires, o Presidente Costa Gomes dirigiu algumas palavras aos empossados, chamados a desempenhar importantes tarefas "nesta hora impar que atravessamos".

Mais adiante Costa Gomes afirmou: "Apesar de considerarmos aliante a missão que vos é confiada — preparar na paz, na justiça e na tranquilidade, o acesso à independência de Cabo Verde e de S. Tomé — estou certo de que ireis encontrar muitos escolhos".

"Tenho a certeza que no decorrer de vossa missão teréis de enfrentar situações delicadas e resolver problemas complexos e difíceis que requerem decisão, e muitas vezes, rapidez, oportunidade e coragem."

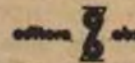
**MURILLO MELLO
CÉLIA DE MELO E MOURA
ADVOGADOS**
Causas cíveis, criminais e trabalhistas
Rua José Bonifácio, 209, 11.º, s/1100
Fone: 33-1846 — São Paulo

INSERVA — Turismo
Passagens aéreas e marítimas
Rua Barão de Itapetininga, 255
Loja 27 - Galeria Califórnia
EMBRATUR 163/SP - cat. "A"
Tels.: 36-1325, 34-0029, 35-7323 - São Paulo

intimidade

DICTIONÁRIO ENCICLOPÉDICO DE ORIENTAÇÃO SEXUAL

PLANO DA OBRA
INTIMIDADE compõe-se de 45 fascículos que constituem, em 3 volumes, o "Dicionário Enciclopédico de Orientação Sexual" e, em um volume, o suplemento "Educação Sexual Infantil", obtido através da encadernação de matérias a publicar nas 3.ª e 4.ª capas. As capas duras, incluindo guardas e frontispícios, serão oportunamente colocadas nas bancas.



FASCÍCULOS SEMANAIS POR APENAS CR\$6,00



■ Tudo isso não passa de uma sucessão de ataques da reação, de invenções pura afirmou categoricamente o Primeiro-Ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, acerca do boato de que ele estaria demissionário.

A questão fora-lhe posta por um jornalista, no momento em que, o brigadeiro Vasco Gonçalves abandonava a sua residência, em São Bento, para se dirigir ao Palácio de Belem, onde assistiu à tomada de posse do novo alto-comissário de São Tomé e Príncipe.

Respondendo ainda à mesma questão, o Primeiro-Ministro acrescentou: Soube que um dia destes, a propósito de algumas declarações que fiz acerca da minha saúde, que chegaram a dizer que eu me drogava. É preciso que os jornalistas desmascarem esses boatos. Se o fizerem, serão progressistas. Não o fazendo, são reacionários, ou estarão a alinhar no jogo da reação."

Após a tomada de posse do alto-comissário de São Tomé, tenente-coronel Pires Veloso, o brigadeiro Vasco Gonçalves participou na reunião da Comissão Nacional de Descolonização.

■ No sentido de esclarecer certos problemas surgidos quanto ao recenseamento de embarcados, atualmente fora de Portugal, e alguns casos de deficiências físicas, recebemos um esclarecimento do Ministério da Administração Interna, no qual se estabelece que, no caso dos embarcados, o boletim de recenseamento deve vir acompanhado de um documento certificando a sua ausência entre 9 a 29 de dezembro. No caso de deficientes físicos que não possam assinar nem pôr a sua impressão digital, o boletim deve ser acompanhado de atestado médico comprovativo da impossibilidade.

■ Em avião especial chegou a Lisboa uma delegação do comité central do Partido Socialista Unificado da República Democrática Alemã, que permanecerá no país durante cinco dias, a convite do comité central do Partido Comunista Português, com quem terá conversações, além de vários contatos com vários setores da vida portuguesa.

■ O grupo de 11 acusados de sabotagem económica — administradores da "Torraltá", BIP e Sociedade Financeira — foram entregues à Polícia Judiciária para instrução preparatória com assistência técnica da Inspeção-Geral de Crédito e Seguros. Ainda segundo um informador oficial, continua a desconhecer-se o paradeiro do "12.º homem" implicado em atos de sabotagem económica: dr. João Rulz Almeida Garrett, administrador do BIP.

■ Terminada a visita à República Democrática Alemã, a delegação da Frelimo e do Governo de Transição de Moçambique, chefiada por Samora Machel, de partida para Sofia, declarou: "Foi no campo de batalha, na linha de fogo, que nós definimos corretamente o nosso inimigo, que nós compreendemos que lutávamos contra o colonialismo português e o imperialismo internacional e não contra o Povo Português".

Em Sofia, onde chegou ao princípio da tarde, Samora Machel e a sua comitiva foram recebidos pelo vice-presidente do Conselho de Ministros, Jivro Jivkov. Encontraram-se também presentes para dar as boas-vindas representantes do "comité" das mulheres búlgaras, membros do Governo e do corpo diplomático acreditado, entre os quais Meneses Cordeiro, embaixador de Portugal, e muito povo, que saudou entusiasmadamente o presidente da Frelimo.

■ Pela primeira vez, sem reatar qualquer represália, o M.P.L.A. comemorou, no interior de Angola, o aniversário da sua fundação.

Centenas de estudantes reuniram-se na Escola Comercial Vicente Ferreira para festejar os 18 anos de vida do movimento de vanguarda do povo angolano e de apoio à sua linha política. Alguns jovens usaram da palavra, todos eles para enaltecer o que foi a luta heróica do M.P.L.A. nos catorze anos que sustentou contra o fascismo e o colonialismo.

Foi também inaugurada na sede da juventude do movimento, nas proximidades do "Ngola Cine", uma exposição sobre as atividades do M.P.L.A. À noite, foi transmitido, através da emissora oficial, um programa especial, dedicado a esta data histórica, e em vários bairros suburbanos foram projetados filmes sobre o período de luta armada.

■ A partir de domingo e até 31 de janeiro os cidadãos portugueses residentes no estrangeiro e em situação militar irregular poderão vir a Portugal e circular livremente no país, ao abrigo de um decreto-lei recente do Estado-Maior General das Forças Armadas, mas não poderão ultrapassar aquela última data, sob pena de ficarem, a partir desse momento, de novo sujeitos às leis militares. Os desertores e refratários que aproveitem esta oportunidade para passar o Natal e o fim do ano com as famílias não disporão de qualquer salvo-conduto, mas poderão exigir a intervenção das autoridades militares se, por acaso, forem interceptados por não terem os documentos em ordem.

■ Atingiu cerca de 66 milhões de escudos a exportação de bordados da Ilha da Madeira para a Itália, até setembro deste ano, que representa 47 por cento do total de 139 milhões de escudos alcançados pela exportação daquela ilha. Isto significa também que a Itália ocupa o primeiro lugar entre todos os mercados importadores dos produtos de artesanato feitos na Madeira.

■ Segundo um comunicado da Secretaria de Estado da Emigração, foi concluído no passado dia 31 de outubro um acordo de emigração entre Portugal e a Suíça. O acordo estipula que os trabalhadores de ambos os países, querendo exercer atividades noutra, deixam de ter necessidade dos habituais vistos concedidos pelas respectivas representações consulares.

AÇORES

Regressou a Lisboa o Secretário de Estado das Pescas, Mário Ruivo, que esteve nos Açores com uma equipe de técnicos do seu gabinete, a tomar contato direto com os problemas relativos às pescas naquele arquipélago.

O Secretário de Estado disse ao chegar ao aeroporto que a missão que o levou aos Açores foi extremamente positiva. "Conversamos com centenas de pescadores, por vezes de comunidades muito isoladas, e esses encontros foram como que uma grande lição e uma grande experiência. Eles vieram confirmar que os Açores são, do ponto de vista pesqueiro, uma área a desenvolver com potencialidades bastante grandes, mas com dificuldades de ordem estrutural aliás como também existem no continente."

Depois de abordar vários aspetos da pesca da baleia que se encontra em grande decadência, Mário Ruivo finalizou, afirmando que:

"O grande caminho será o desenvolvimento da pesca do atum e racionalização da pesca costeira artesanal que parece importante para a congelação das espécies de alto valor e que poderão inclusive ir para vários mercados continentais e outros, através de uma melhoria desses pequenos grupos de pescadores."

COIMBRA — O Executivo Provisório do Sindicato dos Professores de Coimbra, emitiu um comunicado de posição, face ao "conhecimento da grave situação que nesta cidade atinge as Educadoras da Infância que, desde a criação da respectiva escola se viram sujeitas às piores condições no que diz respeito a instalações, encontrando-se neste momento totalmente privadas de qualquer edifício para funcionamento normal desse curso, apesar das insistentes diligências junto do M.E.C."

Observou ainda o referido Executivo Provisório, "de no mais curto prazo serem tomadas medidas concretas em relação à política educativa pré-escolar, considerando o deplorável panorama nacional relativamente ao equipamento social destinado à Infância".

Por seu turno, o Movimento Democrático das Mulheres, enviou ao ministro dos Assuntos Sociais, assinada por várias militantes, uma petição em que, "sentindo necessidade da existência de uma rede de Creches e Jardins de Infância que vá ao encontro das necessidades das classes trabalhadoras, vêm por este meio pedir a criação urgente de Escolas Oficiais de Educadoras de Infância, insistindo na vantagem de que essas Escolas se situem também nas cidades da zona centro, como por exemplo, Coimbra, Guarda, Covilhã, Viseu e Castelo Branco.

EVORA — A comissão coordenadora da Associação dos Estudantes do Instituto Superior Económico e Social de Évora (I.S.E.S.E.) tornou público um comunicado em que se afirma que, "de harmonia com a decisão de colocar o ensino ao serviço do povo, aprovada em R.G.A., de 16 de Maio e confirmada no plenário de 16 de Setembro", são convidados todos os interessados em frequentar cursos noturnos, livres e gratuitos, a dirigirem-se àquela associação.

Esclarece-se no referido comunicado que:

- 1.º — Os cursos são abertos a toda a população;
 - 2.º — Não é exigida qualquer habilitação, prevendo-se mesmo o funcionamento de cursos de alfabetização;
 - 3.º — Os cursos, orientados por professores e estudantes tratarão as matérias que os inscritos desejem estudar e serão independentes dos chamados cursos superiores;
 - 4.º — Terão preferência na admissão as classes trabalhadoras produtivas;
 - 5.º — Existirão disciplinas obrigatórias, tendo em atenção a necessidade de prosseguir na luta pela democratização das instituições do País, de harmonia com o programa das Forças Armadas e a urgência da politização das massas trabalhadoras;
 - 6.º — Esta primeira matrícula é provisória, destinando-se a estimar o grau de frequência futura.
- E o comunicado termina, reafirmando os estudantes do I.S.E.S.E. "a vontade firme de manter a luta contra todas as forças reacionárias que pretendem



manter o povo na ignorância" e chamando a atenção do M.E.C. "para as manobras dos donos do alvará do I.S.E.S.E. que, invocando leis do tempo do fascismo, pretendem continuar impunemente as suas prepotências autocráticas, chegando agora ao ponto de considerar abusivas e ilegais as decisões tomadas em plenário de professores, estudantes e empregados, nomeadamente a da abertura da escola ao povo".

"Nesse contexto — afirma o comunicado — torna-se urgente a integração imediata da Escola Bento de Jesus Caração no Instituto Universitário de Évora.

LEIRIA — Sob a égide do MDP/CDE, os antifascistas de Maceira promoveram assembleias populares em todos os lugares da freguesia, nas quais eram escolhidos candidatos aos lugares. Foram dezenas levadas a cabo. Depois, num plenário, todo o Povo da freguesia votou em três dos nomes propostos pelos lugares, vindo a ser eleitos os empossados.

O que aqui se louva é a adoção, pelas gentes da freguesia de Maceira, de um processo genuinamente democrático, em que o povo, depois de esclarecido, votou em consciência naqueles dos seus que julgaram mais capazes.

Isso não pode significar um cheque em branco aos eleitos e, conseqüentemente, o desinteresse das populações pela vida da Junta e pelos problemas locais. "Linha Geral", de acordo com os princípios democráticos que o informam e caracterizam a atuação do MDP/CDE, lembra a todos os Democratas daquela freguesia que devem seguir atentamente a ação da C.A., participando nas reuniões, dando sugestões, colaborando e criticando — em suma, participando com espírito crítico e desejo de progresso.

Sem dúvida que só com a participação de todos será possível à Comissão Administrativa fazer alguma coisa do muito que é necessário para começar a resolver os múltiplos e graves problemas herdados do fascismo.

OLIVEIRA DE AZEMÉIS — Na Câmara Municipal e perante o respectivo presidente, Sr. Dr. Flávio Belezinha, acaba de tomar posse a nova Comissão Administrativa da Junta da Freguesia da própria sede do conselho, tendo assistido ao ato, diversos oliveirenses e representantes dos partidos políticos.

Assinaram a ata de posse os Srs. Cesário Conde de Pinho, António Bernardino Lopes da Cunha e Fernando Barros, respectivamente, investidos nos cargos de presidente, secretário e tesoureiro.

Após aquela formalidade, usou da palavra o presidente da Comissão Administrativa da Câmara que, depois de analisar a missão das Juntas de Freguesia, observou que elas, hoje em dia, têm um papel preponderante a desempenhar, pois a sua ação não se deve limitar à simples passagem de atestados. As Juntas compete sim, uma ação ativa na gestão governativa, nos anseios da população e junto dela incutir a verdadeira ação democrática, não com intenções partidárias, mas de uma forma clara e objetiva no sentido de promover a renovação autenticamente democrática do nosso país.

E é bom que as Juntas não esqueçam, que devem sempre atuar de acordo com o desejo legítimo do povo, quer fomentando reuniões ou colóquios ou aceitando sugestões válidas. E dentro deste âmbito, poderão as Juntas contar com o apoio da Câmara, para que, todos unidos, consigamos sair do subdesenvolvimento em que vivemos. Terminou, com palavras de felicitação para a nova Junta.



Campeonato da 1.ª divisão

14.ª RODADA

Resultados:

Benfica	1	Sporting	1
Belenenses	3	Oriental	0
Oihanense	1	Cuf	2
Acadêmico	2	Espinho	1
Porto	2	Boavista	1
Guimarães	0	Leixões	0
Vit. Setúbal	1	Farense	2
Atlético	2	Tomar	1

Benfica e Sporting disputaram no Estádio da Luz o grande clássico do futebol português que também serviu para o reatamento de relações entre os dois grandes clubes que estiveram interrompidas durante quinze anos, e nós nos congratulamos com esse feliz acontecimento, uma vez que ele significa, acima de tudo, o clima de paz e compreensão que se vive atualmente em nosso país onde os homens se começam a entender e a procurar resolver os seus problemas através do diálogo e em liberdade. Deste jogo que terminou com um empate que demonstra o equilíbrio que houve entre as duas equipes, se aproveitou muito bem o Futebol Clube do Porto, pois foi dos quatro primeiros classificados o que conseguiu dois pontos nesta jornada e assim se distanciar um pouco mais dos seus diretos concorrentes. Nos demais resultados surpreenderam o empate do Guimarães em casa e a derrota do Vit. de Setúbal no Estádio do Bonfim. Boas vitórias da Cuf em Olhão e do Acadêmico em Coimbra, que tanto está precisando para fugir do incomodo lugar de lanterna.

Classificação após esta rodada:

1.º	Porto	24 pts.
2.º	Benfica	22 "
3.º	Guimarães	21 "
4.º	Sporting	18 "
5.º	Boavista	15 "
6.º	Belenenses	15 "
7.º	Farense	14 "
8.º	Vit. Setúbal	13 "
9.º	Leixões	12 "

10.º	Cuf	12 "
11.º	Oihanense	11 "
12.º	Tomar	11 "
13.º	Atlético	11 "
14.º	Espinho	10 "
15.º	Oriental	7 "
16.º	Acadêmico	6 "

II DIVISÃO CLASSIFICAÇÃO Zona Norte

1.º	BEIRA MAR	19 pts.
	Famalicão	19 "
3.º	P. Ferreira	17 "
	Braga	17 "
5.º	Penafiel	16 "
6.º	Riopele	15 "
	Varzim	15 "
	Sanjoanense	15 "
9.º	U. Coimbra	14 "
	Chaves	14 "
	Fafe	14 "
	Oliveirense	14 "
13.º	G. Vicente	13 "
	Salgueiros	13 "
	Régua	13 "
16.º	Lourosa	12 "
17.º	Vilanovense	11 "
	Alba	11 "
19.º	Tirsense	9 "
	Feirense	9 "

CLASSIFICAÇÃO Zona Sul

BARREIRENSE	23 pts.
Estoril	21 "
Marítimo	21 "
Torriense	18 "
Sesimbra	16 "
Lusitano	15 "
Portimonense	15 "
Montijo	14 "
Caldas S. C.	14 "
União de Leiria	14 "
Estrela de Portalegre	14 "
Peniche	14 "
Marinhense	13 "
Sintrense	12 "
União Sport	11 "
Juventude	10 "
Almada	10 "
Torres Novas	9 "
Odivelas	8 "
Cova da Piedade	8 "

III DIVISÃO CLASSIFICAÇÃO Grupo A

P. Brandão	20 pts.
U. Lamas	19 "
Aves	19 "
Paredes	18 "
Vianense	18 "
Freamunde	17 "
Rio Ave	15 "
Limianos	14 "
Leça	14 "
Avintes	13 "
Bragança	13 "
S. Lamego	12 "
Esposende	12 "
Vizela	12 "
V. Real	11 "

12 "	Monção	11 "
11 "	Cabecelrense	9 "
11 "	B. Latino	6 "
11 "	P. Barca	5 "
10 "	Moncorvo	4 "

CLASSIFICAÇÃO Grupo B

Sp. Covilhã	23 pts.
Naval	20 "
Agueda	18 "
A. Viseu	17 "
Marialvas	16 "
D. Guarda	15 "
Cucujães	15 "
Mangualde	15 "
Febres	14 "
Esperança	13 "
Lousanense	13 "
P. Castelo	12 "
Valecambrense	12 "
Vildemoinhos	11 "
O. Bairro	11 "
Ala Arriça	11 "
Gouveia	9 "
Anadia	8 "
Ovarense	7 "
Pinhelense	0 "

CLASSIFICAÇÃO Grupo C

Alhandra	20 pts.
Sacavenense	17 "
Elétrico & Sor	17 "
Vilafranquense	17 "
Elvas	16 "
Portalegrense	16 "
Campomaiorense	15 "
V. Santarém	14 "
Marrazes	14 "
U. Almeirim	13 "
S. Pombal	13 "
Alcobaça	13 "
Alcanena	12 "
Bombarralense	12 "
Alverca	12 "
C. Branco	10 "
Cartaxo	10 "
Nazarenos	9 "
Mirense	7 "
Tramagal	1 "

CLASSIFICAÇÃO Grupo D

V. Gama	20 pts.
E. Lagos	18 "
Selxal	18 "
C. Caparica	17 "
Casa Pia	17 "
D. Beja	15 "
Amora	14 "
Operário	14 "
Alcochetense	13 "
Odemirense	12 "
S. Cacém	12 "
Lusitano V. R.	12 "
Sambrazense	11 "
Aljustrelense	11 "
S. L. Olivais	10 "
P. Pires	9 "
Silves	9 "
Torraltal	9 "
Luso	9 "
A. Reguengos	9 "

Do espírito alarmista

Por Torquato da Luz

Está fora de dúvida a necessidade de uma permanente vigilância anti-fascista exercida quer a nível individual, quer pelas forças democráticas partidariamente organizadas, no sentido de se evitarem todas as tentativas de fazer regressar, ainda que sob formas encapotadas, o regime deposto em 25 de Abril. A revolução é também um estado de espírito e tem de realizar-se no dia-a-dia, pelo que o afrouxamento da atenção às manobras contra-revolucionárias seria pecado imperdoável. E os pecados imperdoáveis, é evidente, pagam-se caro.

Mas o sistemático recurso ao alarme, se bem que utilizado em nome das melhores intenções, é atitude condenável, parta ele de quem partir. Sentimo-lo, hora a hora, nos locais de trabalho, em casa ou no convívio com os amigos: há sempre quem chegue com notícias perturbadoras, que na sua quase totalidade são insusceptíveis de confirmação pelo simples motivo de não passarem de boatos.

Ora o boato, constituindo um dos processos mais eficazes de corroer as relações sociais, gera a intranquilidade, envenena o ambiente e é mesmo um dos melhores poluidores que se conhecem. Daí a urgência de combatê-lo sem tréguas, o que só poderá fazer-se mediante uma informação imediata, simples, clara, concisa e precisa.

Em tal combate têm papel preponderante os órgãos de comunicação social, cuja grande maioria vem, felizmente, nos últimos tempos, a reconquistar, junto do público, a credibilidade que o fascismo porfiava em roubar-lhes. Mas, para que o seu papel na luta resulte minimamente eficaz, necessário se torna que todos os meios sejam postos ao serviço desses órgãos. É preciso acabar, a todos os níveis, com o medo terrível de falar para os jornais que ainda caracteriza pessoas e entidades coletivas.

Não se vê outra forma de destruir o boato — e, com ele, o espírito alarmista.

"Diário de Lisboa"

SECULO XXI LIVROS

Especializada em livros portugueses
Atende pelo reembolso postal
Rua Santo Amaro, 466 - CEP 01315
Fone: 33-5700 - São Paulo

LIVRARIA ENCONTRO

Uma presença portuguesa em Brasília

Serviço de Reembolso Postal
qualquer livro para qualquer parte — Galeria do Hotel Nacional — Lojas 22/ 23
BRASÍLIA

Rodoviário "CARAVELLE" Ltda.
"O jato na Rodovia" Transportes rápidos entre: Rio - São Paulo - Niterói - Magé - Rio Bonito.
RIO 260-5075 SÃO PAULO 92-1864 NITERÓI 5294

Consulado Geral de Portugal em S. Paulo

O Consulado-Geral de Portugal em São Paulo solicita informações acerca do paradeiro dos seguintes cidadãos portugueses:

JOAQUIM ANTONIO BARBOSA, natural de Espinho;
MANUEL MARQUES DE SÁ;
ANA MARTINS DE BARROS;
JOÃO BATISTA, filho de Manuel Antonio da Costa e de Maria Carolina, natural de Caravelas, Mirandela.

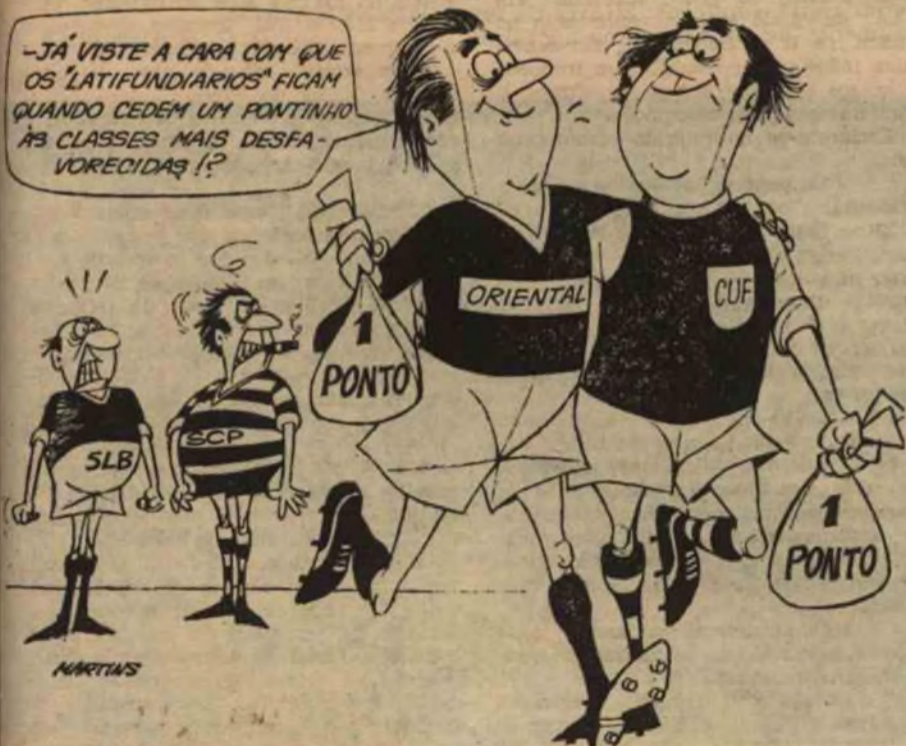
OFICINA DE ESTAMPAS CISPLATINA

Consertos e reparos de máquinas e ferramentas

SERVIÇO DE TORNO E PLAINA

SOARES & BAPTISTA LTDA.

Rua Cisplatina, 31 — Fone 273-5683 — Ipiranga — São Paulo



Trabalhadores unidos contra as multinacionais



O secretariado no plenário que decidiu a unicidade sindical

Mão-de-obra barata e apoio de forças repressivas para impedir as justas reivindicações dos trabalhadores são as condições exigidas pelas multinacionais para instalarem em país estrangeiro as suas fábricas. Por isso o seu interesse, demonstrado desde sempre pelo Portugal fascista, e o seu pesar pela via de democratização iniciada pelo povo português em 25 de Abril.

Contando com a colaboração do Governo fascista, os grandes grupos multinacionais, I.T.T., Applead, Signetics, entre outros, instalaram aqui as suas fábricas, sobretudo nas zonas rurais onde se tornava mais fácil recrutar a mão-de-obra, na maior parte feminina. Trabalho delicado mas que não exige grande técnica — apenas a saúde da trabalhadora — pode ser feito por jovens raparigas, de 14 a 16 anos. Pouco importa que elas arruinem a vista. Interessa, sim, é que durante os poucos anos em que trabalham ganhem pouco e produzam muito para que os lucros sejam maiores.

Com a vitória das forças antifascistas, em 25 de Abril, essas condições desapareceram em parte. Acabaram as forças repressivas, os trabalhadores podem reivindicar, livremente, melhores condições de trabalho e os grandes grupos multinacionais desinteressam-se de Portugal. Partem para outras paragens onde contam ainda com a colaboração de regimes repressivos: Formosa, países da América Latina, e a nossa vizinha Espanha. Querem partir, mas só depois de terem tentado todos os meios possíveis para criar o caos económico em Portugal, como fizeram no Chile, tentando impedir o processo de democratização em curso.

Dai os despedimentos ou a redução de horários de trabalho criando

condições de subemprego. Por isso o não cumprimento de Contratos Coletivos de Trabalho acordados após o 25 de Abril, na sequência de lutas que, apesar da repressão, se processavam há muito.

A luta é anterior ao 25 de Abril, diz-nos um trabalhador da I.T.T., Perelra da Mota. Apesar da repressão fascista os trabalhadores do setor da eletrônica exigiam melhores salários, a negociação de um novo Contrato. Este Contrato previa em relação às operárias um salário inicial de 3000 escudos. Já nessa altura as empresas fizeram ameaças, que iam fechar as fábricas, que despediriam pessoal... e o C.C.T., apesar de aprovado em Tribunal Arbitral, foi congelado pelo Ministério das Corporações.

"Foi só a seguir ao 25 de Abril que o Contrato foi homologado. As empresas aceitaram, apanhadas de surpresa, mas, pouco tempo depois, começavam os despedimentos. Primeiro foi a Applead que, após algum tempo de luta encerrou a sua fábrica, tendo o diretor em Portugal, um americano, feito a entrega das chaves ao Ministério do Trabalho regressando a seguir à sua terra. Por seu turno, a I.T.T. propôs o despedimento de algumas centenas de trabalhadores, reduzindo o período de laboração a um turno. O que implicava para os que ficavam, perda de regalias, além de mais meia hora de trabalho. E para aliciar os trabalhadores, ofereciam aos que se despedissem, além das indenizações legais, mais um mês de salário.

"Podemos considerar que tudo isto se insere num esquema destinado a criar problemas económicos ao País, e, ao mesmo tempo, tentar virar os trabalhadores contra o Governo Provisório.

O problema não diz apenas respeito aos trabalhadores do setor pois, nalguns casos, pode arrastar atrás de si problemas graves para muitos outros ramos de atividade económica dependentes daquelas empresas, lançando, assim, indiretamente, para o desemprego outros trabalhadores". Isto disse-nos outro trabalhador, Emídio Fernandes, este da Gill, que acrescenta: "Neste momento registaram-se já os seguintes despedimentos: Automática, 400; Bosch, 110; Texas Instrumentos, 110; I.T.T., 750; Signetics, 1100; Applead, 600; Facel, 200; Creator, 80; D.S. Electronica, 40".

SOLIDARIEDADE

Perante esta ameaça das multinacionais, interessadas em travar o processo de democratização em que atualmente está interessado todo o povo português, só a união e solidariedade das massas trabalhadoras pode servir de travão a um regresso do fascismo. Os trabalhadores devem unir-se e organizar-se pois só assim poderão fazer face às manobras reacionárias.

Foi essa unidade e solidariedade que permitiu aos trabalhadores da Gill obterem uma grande vitória sobre a administração impedindo que se concretizasse a ameaça de despedimentos.

"Em Agosto passado, — diz-nos Emídio Fernandes —, a administração da Gill despediu 172 trabalhadores. Mas estes recusaram-se a abandonar a fábrica, com o apoio dos seus camaradas. A administração, perante esta prova de firmeza e de unidade dos trabalhadores voltou atrás readmitindo os trabalhadores despedidos, e prontificou-se perante o Ministério do Trabalho a criar novos empregos, através de um aumento de investimentos na fabri-

ca. Em contrapartida, foi-lhes facultada pelo Governo a isenção de certos direitos de exportação".

Foi também em finais de Agosto, poucas semanas antes da tentativa fascista de 28 de Setembro que uma outra firma anunciou o despedimento de 50 por cento do seu pessoal, ou seja, cento e dez trabalhadores.

"A firma Robert Bosch — diz-nos Pires Sebastião, trabalhador daquela firma —, fornece matéria-prima para toda a indústria de eletrodomésticos, em Portugal, pelo que a sua paralisação poderá arrastar para o desemprego cerca de 3000 trabalhadores em todo o País".

Segundo os trabalhadores da Bosch, a direção ordenou que fosse devolvida a mercadoria que tinha em armazém e na alfândega, num valor de 16 ml contos. Consideram ainda que as vendas dos produtos que a Bosch pensa deixar de fabricar não está em recessão, ao contrário do que afirma a direção alemã.

Aqui também a administração, para tentar vencer a resistência dos trabalhadores, ofereceu indenizações superiores às estipuladas, chegando, nalguns casos, os trabalhadores a poderem receber indenizações de cerca de 150 contos, 75 no ato do despedimento e o restante três meses depois. Mas também os trabalhadores resistiram e recusaram as indenizações, mesmo aqueles que se queriam ir embora por encontrarem outro emprego. Assim o quiseram os trabalhadores reunidos em plenário. Declaram ainda não aceitar que seja negociado qualquer despedimento individual sem que estejam presentes, e participantes nas conversações, a Comissão de Trabalhadores e os Delegados Sindicais.

(-Alavanca-)

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Publicação da Editora Portucalense Ltda.
Diretor
Edison Rodrigues Chaves
Conselho de Redação
Alexandre Antunes Pereira
Fernando Lemos
João Sarmento Pimentel
Joaquim Quitério
Manuel Ferreira Moura
Raul Ciríaco da Cunha
Redação
Rua Libero Badaró n.º 488 - 5.º - 1/50
Caixa Postal 6248 - CEP 01000
Telefone: 37-0933
São Paulo - SP

Distribuição

Fernando Chinaglia Distribuidora S.A.
Rua Teodoro da Silva, 907
20.000 - Rio de Janeiro - GB.

Impressão

Jornal Paulista Ltda.
Rua Oscar Cintra Gordinho, 46
São Paulo - SP
Além da edição brasileira do Diário de Notícias, Portugal Democrático publica ainda uma seleção de artigos dos seguintes jornais e revistas:
REPÚBLICA - DIÁRIO DE LISBOA - O SÉCULO - PRIMEIRO DE JANEIRO - NOTÍCIAS DA AMADORA - SEARA NOVA e outros.

Correspondentes BRASIL

Rio de Janeiro - GB,
A. J. Bravo
Pr. Fioriano, 19, 1.º, s/13
Fone: 224-9765

Recife - PE

Angelo Ferreira da Silva
Rua do Hospício, 149 - 1.º
Londrina
Julio Duarte
Ed. Centro Comercial - Apt.º 141
Brasília - DF
Livraria Encontro S.A.
Galeria do Hotel Nacional
Lojas 28 e 29
VENEZUELA - Caracas
Junta Patriótica Portuguesa
Apartado 8287
URUGUAY - Montevideo
Junta Portuguesa Del Uruguay
Casilla de Correo 2128
PORTUGAL - Lisboa
Urbano Tavares Rodrigues
Rua Tomás Ribeiro, 40 - 2.º andar
INGLATERRA - Londres
Portuguese and Colonial Bulletin
10 Fentiman Road - London SW 8
HOLANDA - Amsterdam
Tulipa Vermelha
Postbus 12039 - Bijmermeer

CANADÁ - Toronto, Ont.
Portuguese Canadian Democratic Association

P.O.Box 5021 - Station (A)
CHECOSLOVAQUIA - Praga 1
João Ribeiro
Postovni Urad-Jindriřská UL.
C: 14 Scharánka 646
FRANÇA - Paris
Grupo de Amigos do "Portugal Democrático"
2, Place François Villon
Escalier E - La Courveneuve Seine

Assinaturas Para o Brasil

Anual	Cr\$ 120,00
Semestral	Cr\$ 70,00
Via aérea	
Anual	Cr\$ 170,00
Semestral	Cr\$ 120,00

Para o Exterior - via aérea

Anual	US\$ 28
Semestral	US\$ 21